



RELATÓRIO E CONTAS 2003

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
1. Apresentação da EPAL	7
2. Envolvente Económica	11
3. Área de Negócio de Produção e Transporte	15
4. Área de Negócio de Distribuição	19
5. Áreas de Suporte	25
6. Investimento	27
7. Situação Económica e Financeira	31
8. Recursos Humanos	39
9. Qualidade	45
10. Imagem, Comunicação e Cultura	53
11. Proposta de Aplicação de Resultados	57
12. Perspectivas para o Futuro	59
13. Considerações Finais	61
14. Contas	63
15. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	71
Relatório e Parecer do Fiscal Único	91
Relatório do Revisor Oficial de Contas	94
Certificação Legal das Contas	97
Relatório dos Auditores Externos	98



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No cumprimento das normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas de 2003. E, ao fazê-lo, a primeira ideia a transmitir é a de que, convictamente, neste exercício foram dados passos importantes para o futuro da empresa.

Chegado o termo do exercício, a EPAL vê reforçada a solidez da sua situação económica e financeira, continua a evoluir positivamente no desempenho da sua missão e passou a abranger novas áreas geográficas e mais população, do que resultam responsabilidades acrescidas com a dinamização da permanente melhoria da Qualidade.

Como aspectos mais relevantes da actividade da EPAL no ano que findou, destaca-se a atenção dada aos domínios do planeamento estratégico de médio e longo prazos. A actualização dos diferentes instrumentos de planeamento existentes, à luz da evolução das políticas, dos mercados e das exigências legais e sociais, em contínua e acelerada mudança, tornou-se cada vez mais imprescindível e importante, quando se privilegia a operacionalidade e eficiência empresarial e, simultaneamente, a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Para além do que é o core business da empresa, foram dados passos fundamentais no domínio da inovação e do aproveitamento das competências disponíveis em “nichos de negócio” de elevada incorporação técnica, destinados principalmente ao mercado das “utilities”.

Realça-se o esforço de investimento realizado na ampliação da capacidade de produção da EPAL e na beneficiação da rede de distribuição, em que foram substituídos mais de 74 km de tubagem.

O cuidado posto na criação de condições para o cumprimento do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, relativo à qualidade da água para consumo humano e que entrou em vigor em 25 de Dezembro, reforça a postura intransigente da EPAL na disponibilização de um produto essencial com uma qualidade indiscutível.

A conclusão das negociações para abastecimento de água à Região do Oeste constituiu também um marco importante, não só por se tratar de um assunto que se arrastava há anos, mas principalmente pela consolidação de um conjunto de clientes num horizonte de 30 anos e numa zona com forte potencial de crescimento.

A atribuição à EPAL do Troféu Tubo de Ouro para o Melhor Atendimento ao Público, por votação pública nacional no âmbito do ENEG 2003 – Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, constituiu um significativo incentivo para todos os trabalhadores da empresa e representa o reconhecimento da empresa como a referência do sector a nível nacional.

De olhos postos no futuro, atentos aos seus desafios, continuamos a tudo fazer para merecer a confiança e a satisfação dos nossos clientes, integrados num Grupo prestigiado como o é a AdP - Águas de Portugal e respondendo positivamente à entidade reguladora que fiscaliza a actividade da EPAL no fornecimento e distribuição aos municípios e aos clientes de Lisboa, com quem todos mantemos uma relação que importa salientar e agradecer.

O Presidente do Conselho de Administração

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luis de Carvalho Machado', written over a horizontal line.

(Luis de Carvalho Machado)



I. APRESENTAÇÃO DA EPAL

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pela Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., e integrada no Grupo Águas de Portugal.

A EPAL tem por Missão o abastecimento de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental e a colocação das suas capacidades ao serviço do interesse nacional. Os estatutos da Empresa foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de Junho.

A área geográfica de intervenção da EPAL compreende 35 municípios a norte do Tejo. Para além da distribuição directa, em Baixa, em regime exclusivo, no Município de Lisboa, a EPAL abastece, em Alta, mais 25 municípios. Por contrato celebrado, em Dezembro de 2003, com a Águas do Oeste, S.A., 5 dos municípios já abastecidos deixam de ser clientes directos da empresa e passam a integrar a área de abastecimento da Águas do Oeste, a qual compreende, ainda, mais 9 concelhos. Quer isto dizer que, só neste ano, passaram a integrar a área de abastecimento da empresa mais 10 municípios.

Para além de Lisboa, os municípios abastecidos pela EPAL são Oeiras (1935), Cascais (1941), Azambuja (1945), Vila Franca de Xira (1946), Sintra, Loures e Odivelas (1948), Alenquer (1950), Alcanena (1955), Santarém (1958), Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço (1964), Cartaxo (1978), Amadora (1979), Mafra (1981), Torres Vedras (1988), Entroncamento e Torres Novas (1993), Ourém (1994), Vila Nova da Barquinha e Tomar (1995), Constância (1996), Porto Mós e Leiria (1998), Batalha (2003). A partir de 2006/7, serão abastecidos Alcobça, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche e Rio Maior.

Deste modo, a EPAL é, actualmente, responsável pelo abastecimento de água numa área de 5 443 km², que engloba 26 dos municípios referidos, com uma

população de cerca de 2 milhões 557 mil habitantes. A composição dos Órgãos Sociais da EPAL é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral:

AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, Presidente

Dr. Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vice-Presidente

Dr^a. Carla da Conceição Afonso Correia, Secretária

Conselho de Administração

Eng. Luis de Carvalho Machado, *Presidente*

Dr. Armindo Carlos Cortez de Azevedo, *Vogal*

Eng. Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, *Vogal*

Eng. Valdemiro Falcão Líbano Monteiro, *Vogal*

Dr. João Frederico Ludovice Lança Tamm, *Vogal*

Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único)

Dr. António Dias Nabais

Dr. Joaquim Manuel da Silva Neves, *Suplente*

Conselho de Impacte Ambiental

Eng^a. Maria Helena Veríssimo Colaço Alegre, *Presidente*

Prof. Doutora Maria Paula Batista Antunes

Prof. Doutor António Bento Franco

Realizaram-se duas Assembleias Gerais, a primeira, ordinária, a 31 de Março de 2003, na qual foram aprovados o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados de 2002, foram

ratificadas duas cooptações do Conselho de Administração e eleitos os membros do Conselho de Impacte Ambiental. A segunda Assembleia Geral teve lugar em 1 de Julho e nela foram eleitos o Fiscal Único e o Fiscal Único Suplente da Empresa.

O Conselho de Administração funcionou regularmente ao longo de todo o exercício.

Elemento fundamental para a apresentação da Empresa é o quadro dos principais indicadores e respectiva evolução no último triénio.

Principais Indicadores	2001	2002	2003
Capital Social (Milhares de Euros)	150 000	150 000	150 000
Capital Próprio (Milhares de Euros)	319 660	322 452	334 548
Activo Líquido Total (Milhares de Euros)	581 623	604 887	650 580
Investimento (Milhares de Euros)	40 433	45 301	39 950
Vendas e Serviços Prestados (Milhares de Euros)	124 615	127 839	134 063
Resultado Antes de Impostos, Encargos Financeiros e Amortizações (EBITDA) (Milhares de Euros)	46 075	48 032	61 825
Resultado Antes de Impostos e Encargos Financeiros (EBIT) (Milhares de Euros)	19 436	21 770	34 604
Resultado Antes de Impostos (Milhares de Euros)	13 498	13 484	29 529
Resultado Líquido do Exercício (Milhares de Euros)	7 528	9 378	20 436
Cash-Flow (Milhares de Euros)	36 811	44 911	54 851
Número de Trabalhadores em 31 de Dezembro	935	873	850
Número de Clientes	331 499	334 671	336 564
Número de Municípios Abastecidos	24	24	26
População Residente na Área Abastecida	2 484 079	2 500 204	2 556 955
Área Total Abastecida (Km ²)	5 292	5 292	5 443
Água Total Fornecida (m ³)	218 260 074	219 422 927	221 650 618
Capacidade Diária de Captação (m ³)	1 047 000	1 047 000	1 047 000
Capacidade Diária de Produção (m ³)	1 017 000	1 017 000	1 017 000

Conselho de Administração da EPAL

Eng. Luis de Carvalho Machado, Presidente



Dr. Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal



Eng. Amílcar Álvaro de Oliveira F. Monteiro, Vogal



Eng. Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal



Dr. João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal





2. ENVOLVENTE ECONÓMICA 2003

2.1. Economia Mundial

Em 2003 inverteu-se o sentido do ciclo económico mundial, dando-se início à recuperação económica, com ênfase nas principais economias (EUA, Europa e Japão), depois da crise vivida nos últimos três anos. Com efeito, assistiu-se à revitalização generalizada do comércio, decorrente do aumento da procura interna e de condições de financiamento favoráveis nos principais países.

Nos EUA, a generalidade dos indicadores apontam para uma recuperação económica, principalmente no sector dos serviços e da indústria transformadora, tendo o PIB crescido 3,1% em 2003, contra 2,4% em 2002, e uma taxa de crescimento anualizada de 4% no último trimestre.

A retoma da economia americana está assente no aumento do índice de confiança dos consumidores e das empresas, decorrente das melhorias sentidas na recuperação do mercado de trabalho, das cotações accionistas e na contenção da inflação, em simultâneo com taxas de juro muito baixas (taxa de referência da Reserva Federal de 1%) e estímulos fiscais, essencialmente através da descida de impostos. Na Zona Euro, registou-se, no 1.º Semestre de 2003, um crescimento económico incipiente, condicionado pelo conflito militar do médio oriente e pela insegurança a nível global, tendo-se acentuado a recuperação económica no 2.º semestre, impulsionada pela performance positiva registada na economia americana.

O Banco Central Europeu (BCE), a fim de estimular as economias da Zona Euro e controlar a inflação, reduziu por duas vezes a taxa de juro de referência de refinanciamento do Eurosistema, em 6 de Março,

para 2,5% e em 5 de Junho, para 2%, sendo esta a taxa mais baixa, em termos históricos, desde a Segunda Guerra Mundial.

O Euro continuou a valorizar-se fortemente face ao dólar, tendo atingido 1,2647 dólares no final do ano, mais 17% que em 2002.

Prevê-se um crescimento moderado do PIB da Zona Euro, em 2004, na ordem dos 2,0%, perspectivando-se a criação das bases de sustentação da recuperação económica, por forma a obter-se um ritmo de crescimento económico mais significativo nos anos seguintes.

O mercado accionista, após três anos de perdas, registou ganhos importantes, em 2003, salientando o índice Dow Jones e Nasdaq, com crescimentos de 26% e 50% respectivamente, sendo expectável a manutenção da tendência altista das bolsas no futuro próximo.

2.2. Economia Portuguesa

A economia portuguesa manteve um desempenho desfavorável em 2003, atestado pela generalidade dos indicadores, prevendo-se uma taxa de crescimento do PIB negativa, na ordem de 1%, confirmando um ano de recessão económica.

Registam-se, no entanto, alguns sinais de retoma da economia portuguesa, nomeadamente o indicador coincidente do Banco de Portugal, que sintetiza a informação sobre os sectores do comércio, indústria e construção, que apresentou, no quarto trimestre de 2003, um valor menos negativo que o registado nos trimestres anteriores, e os indicadores de sentimento dos agentes económicos que continuam a melhorar.

Existem, no entanto, alguns factores que irão limitar a retoma da procura interna, em 2004, nomeadamente, do lado do consumo, o agravamento dos níveis de endividamento e a permanência de um

clima de deterioração das condições no mercado de trabalho, e do lado do investimento, o crescimento lento da taxa de utilização da capacidade instalada e a estagnação do investimento no sector da construção.

A taxa de inflação registada em 2003 foi de 3,3%, sendo inferior à registada em 2002, em 0,3 pontos percentuais, reflectindo a desaceleração dos preços dos serviços ao longo do ano.

O mercado accionista, à semelhança do verificado nas principais praças internacionais, registou uma

significativa recuperação, registando o índice PSI Geral um crescimento acumulado, ao longo do ano, de 17,4%.

Para 2004 prevê-se uma ligeira retoma da economia portuguesa, sustentada por um crescimento moderado do PIB, na ordem dos 1,2%, numa conjuntura económica em que se perspectivam crescimentos moderados do consumo privado e do investimento, de 1% e 0,5%, respectivamente, a par da estagnação do consumo público.







3. ÁREA DE NEGÓCIO DE PRODUÇÃO E TRANSPORTE

3.1. Água Captada e Produzida

O volume de água captada, em 2003, foi de 266,694 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a um acréscimo de 0,25% face ao ano anterior.

A contribuição das diferentes origens para o volume total captado pode observar-se no quadro seguinte:

Origem	Volumes	m ³
Superficiais	219 130 800	
Nascentes	11 887 224	
Subterrâneas	35 676 146	
Totais	266 694 170	

Das águas superficiais captadas, 71,2% foram da albufeira do Castelo do Bode, enquanto que 28,8% foram do rio Tejo.

As águas superficiais foram tratadas nas Estações de Tratamento da Asseiceira e de Vale da Pedra. O volume de água utilizado no tratamento, considerado água de processo, atingiu 6,175 milhões de metros cúbicos. Deduzida a água de processo à água captada, encontra-se o volume de água produzida, que, em 2003, foi de 260,519 milhões de metros cúbicos, valor praticamente igual ao da produção no ano anterior (+ 0,05%).

3.2. Água Fornecida e Perdas

Da água produzida foi fornecido o volume de 221,819 milhões de metros cúbicos, o que representa mais 1,13% sobre os fornecimentos de 2002. A diferença entre a água produzida e a água fornecida representa o volume de perdas, que, no ano em apreço, foi de 38,700 milhões de metros cúbicos, ou

seja, 14,85% da água produzida. Este valor de perdas é o mais baixo de sempre.

O volume total de água fornecida distribuiu-se nas percentagens de 71,29 e 28,71 pela Área de Negócio de Produção e Transporte (APT) e pela Área de Negócio de Distribuição (ADS). As perdas em APT foram de 8,154 milhões de metros cúbicos, valor inferior ao de 2002 em cerca de 9,39%.

3.3. Água Facturada

No ano de 2003 foram facturados em “alta” 157.882 milhões de metros cúbicos, dos quais 156.354 aos Clientes Municipais e 1.528 aos Clientes Directos localizados em alguns dos municípios abastecidos. Em termos absolutos, o volume facturado foi superior ao de 2002 em 2.682 milhões de m³, o que representa um acréscimo de 1,73%.

	Volumes facturados em 2002	Volumes facturados em 2003	Unid. m ³ Δ % 03/02
Clientes Municipais	153 721 660	156 353 764	1.71%
Clientes Directos em Alta	1 478 125	1 527 893	3.37%
	155 199 785	157 881 657	1.73%

O valor correspondente aos volumes facturados foi de €65 686 338.04, mais 5,48% que no ano anterior:

	Valores facturados em 2002	Valores facturados em 2003	Unid. Euros Δ % 03/02
Clientes Municipais	60 990 250	64 284 112	5.40%
Clientes Directos em Alta	1 285 674	1 402 226	9.06%
	62 275 924	65 686 338	5.48%

Registaram-se acréscimos de consumos nos Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cartaxo, Entroncamento, Leiria, Loures/Odivelas, Mafra, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha. Os restantes municípios consumiram menos água que em 2002. O Município de Sintra foi o que registou um acréscimo mais significativo dos volumes consumidos e o de Cascais o que registou um decréscimo mais acentuado.

Do total facturado aos Clientes Municipais no ano de 2003, cerca de 83,2% resultou dos volumes fornecidos aos sete Municípios limítrofes de Lisboa – Sintra, Oeiras/Amadora, Loures/Odivelas, Cascais e Vila Franca de Xira.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos volumes e valores facturados em “alta” no ano de 2003.

Cliente	Facturação 2003 (Euros)	Volumes 2003 (m ³)
Clientes Municipais		
Oeiras/Amadora	13 462 209.41	33 055 540
Sintra	13 418 617.13	32 957 840
Loures/Odivelas	12 484 928.85	30 670 772
Cascais	8 198 970.12	20 116 850
Vila Franca de Xira	5 420 242.92	13 311 248
Mafra	2 408 883.84	5 114 233
Torres Vedras	2 316 945.15	4 548 763
Alenquer	1 514 290.59	4 150 145
Torres Novas	586 026.29	1 438 540
Tomar	578 276.4	1 418 300
Alcanena	381 461.26	1 377 286
Ourém	552 261.46	1 352 695
Azambuja	433 469.45	1 243 720
Arruda dos Vinhos	643 604.8	1 204 232
Entroncamento	466 313.19	1 144 930
Sobral de Monte Agraço	520 139.52	973 137
Vila Nova da Barquinha	269 203.11	660 650
Constância	166 063.89	407 970
Porto de Mós	163 108.62	401 082
Leiria	145 432.48	327 340
Cartaxo	69 999.05	200 786
Santarém	45 556.58	185 390
Batalha	38 107.63	92 315
Clientes Directos em Alta	1 402 226.30	1 527 893
Total	65 686 338.04	157 881 657

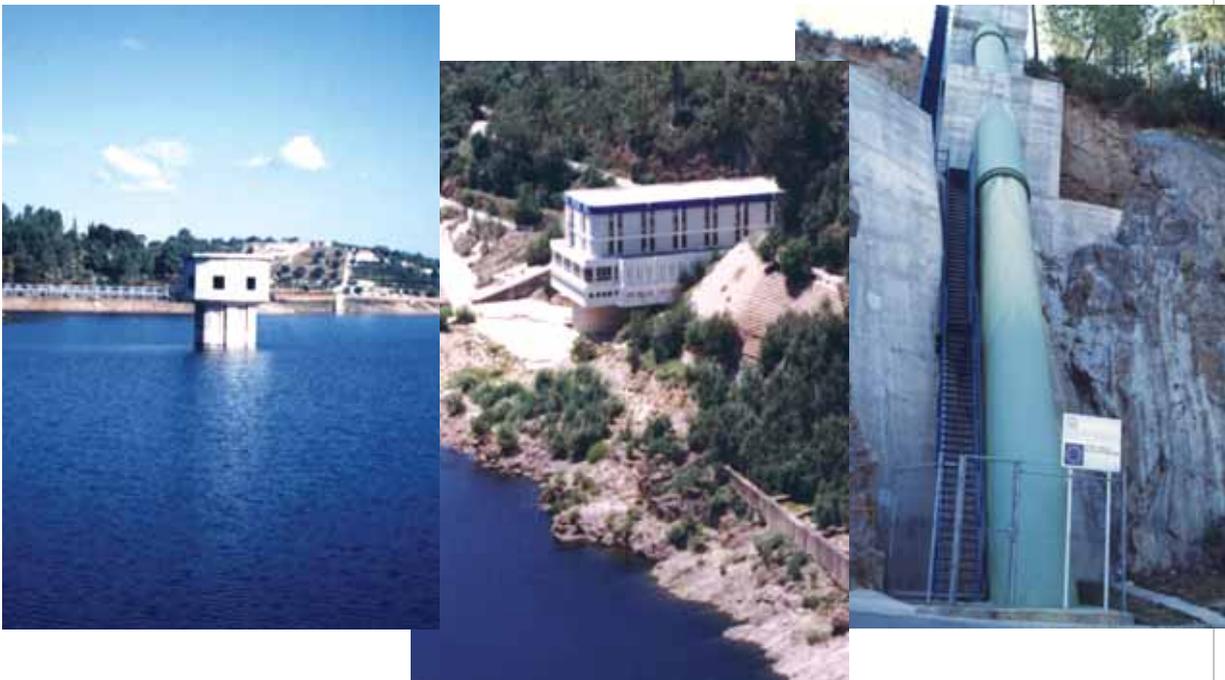
O valor dos débitos vencidos, em 31 de Dezembro de 2003, era de 1 376 450.50 Euros, cerca de 70% superior ao de 2002. O prazo médio de recebimento foi, em média, de 46 dias, mais 3 que no ano anterior.

3.4. Relacionamento Comercial

Em 28 de Agosto de 2003 foi celebrado o contrato de abastecimento de água ao Município da Batalha. Com a assinatura deste contrato o número de municípios abastecidos pela EPAL passou para 26. Em 19 de Dezembro foi celebrado o contrato de abastecimento de água com a Águas do Oeste, de que resultará o alargamento da área de influência da Empresa a um total de 35 Municípios.

O relacionamento comercial com os Clientes Municipais, em 2003, caracterizou-se pela manutenção de frequentes contactos personalizados e pela organização de reuniões sempre que julgado conveniente por qualquer das partes.

Procedeu-se ao lançamento de um inquérito de satisfação, com o objectivo de auscultar o nível de satisfação dos Clientes face ao produto fornecido e ao serviço prestado, bem como antecipar oportunidades de melhoria tendentes à adequação do serviço às suas necessidades e expectativas. De salientar a avaliação muito positiva da qualidade da água fornecida e do elevado grau de satisfação com o serviço prestado pela EPAL.





4. ÁREA DE NEGÓCIO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1. Água Facturada

O volume de água facturada pela Área de Negócio de Distribuição, em 2003, foi inferior ao de 2002, em 0,71%, e situou-se nos 63,701 milhões de metros cúbicos.

No quadro seguinte pode observar-se a distribuição dos volumes e valores facturados pelos diferentes segmentos de consumo.

Clientes	m ³	% Total	Valor Água (Euros)	Valor QS (Euros)	Total (Euros)
Doméstico	30 387 503	48%	10 926 745	13 528 511	24 455 255
Doméstico Especial	22 758	0%	20 218	3 998	24 216
Comércio/Indústria	14 690 875	23%	16 692 307	5 635 686	22 327 993
Inst. Interesse Público	2 364 765	4%	2 039 456	457 317	2 496 774
Estado e Pessoas Direito Público	7 614 699	12%	8 660 987	970 260	9 631 247
Câmara Municipal de Lisboa	8 620 495	14%	6 137 353	636 557	6 773 910
Total	63 701 095	100%	44 477 066	21 232 329	65 709 396

O volume facturado em 2003 foi inferior em 0,71% ao de 2002, porém, o valor da facturação correspondente registou um aumento de 4,38% .

Pese embora ter-se conseguido reduzir, em cerca de dois meses, a duração do processo negocial da revisão tarifária, face à experiência vivida em 2002, a respectiva convenção apenas foi assinada em finais de Maio, o que diferiu a entrada em vigor dos novos preços para

Junho. O aumento global obtido foi de 3,36%, cabendo 3% aos clientes municipais e 3,7% aos clientes directos. A evolução dos débitos de clientes da Área de Negócio de Distribuição, de 2002 para 2003, pode observar-se no quadro seguinte. Não foram considerados os débitos ainda não vencidos à data de 31 de Dezembro.

	2002 Débitos Vencidos	2003 Débitos Vencidos	Δ 03/02
Cientes de Áreas	2 465 661	3 424 479	38.9%
Grandes Clientes	1 085 364	566 602	-47.8%
Estado	907 883	650 397	-28.4%
Câmara Municipal de Lisboa	1 216 278	1 390 799	14.3%
Total	5 675 186	6 032 277	6.3%

Constata-se o agravamento, em 6,3%, da situação devedora dos clientes de ADS, apesar das recuperações significativas dos débitos de Grandes Clientes e do Estado, facto que não conseguiu compensar o agravamento registado na situação devedora dos Clientes de Área e da Câmara Municipal de Lisboa, com especial destaque para os primeiros, com um agravamento de cerca de 39%.

Também o prazo médio de recebimentos sofreu um agravamento no ano em apreço, passando dos 42,4 dias em Dezembro de 2002 para 46 dias em Dezembro de 2003.

4.2. Gestão da Rede de Distribuição

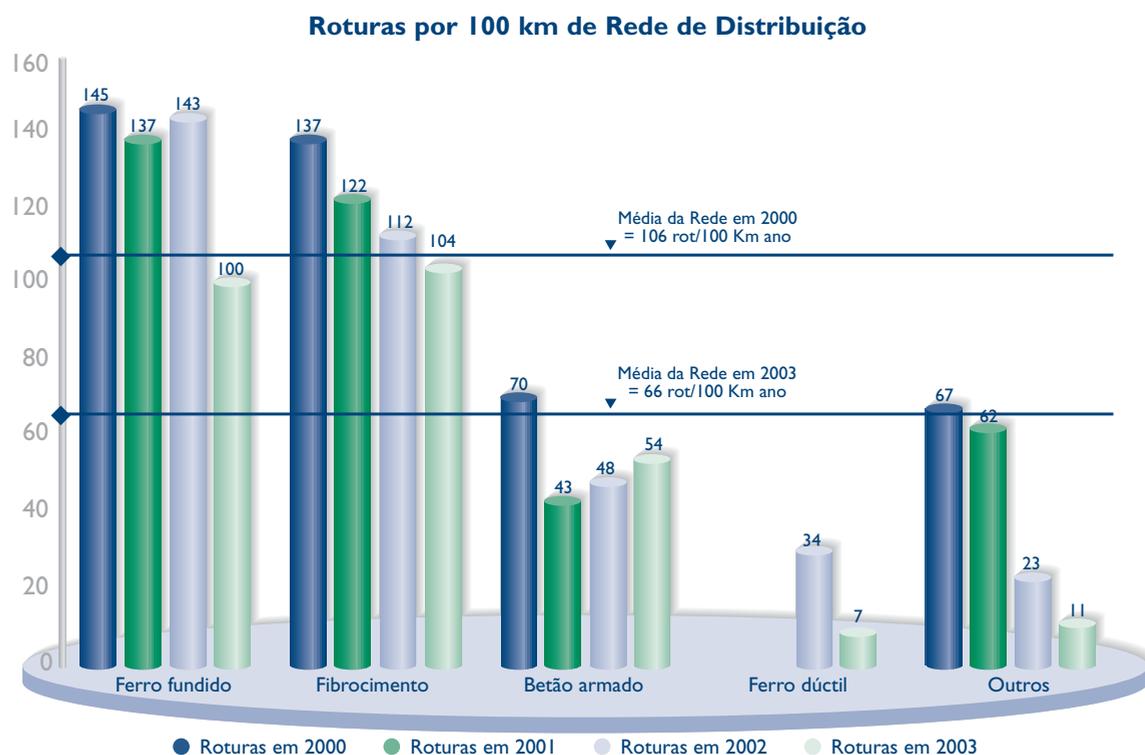
Acentuou-se, em 2003, o esforço de melhoria e beneficiação da rede de distribuição de Lisboa, onde foram instalados ao longo do ano 84,844 km de novas condutas, 10,47 dos quais em obras de ampliação.

Manteve-se o princípio de, nas obras de renovação da rede, se promover a substituição de ramais, a redução de extremos e a substituição de bocas de incêndio por marcos de água.

Quanto ao controlo de fugas, a EPAL terminou a fase de testes às zonas de medição e controle (ZMC) que haviam sido desenhadas nos anos anteriores. Efectuaram-se 33 campanhas de detecção, que correspondem a cerca de 300 km de rede, na sequência das quais foram recuperados cerca de 7 450 m³/dia. Foram adquiridos 30 permalogs, equipamentos destinados à detecção de fugas.

O número de roturas registadas na rede de distribuição foi de 906, o mais baixo das duas últimas décadas. Começa, assim, a fazer-se sentir o efeito dos esforços desenvolvidos na beneficiação da rede de distribuição e na operacionalização do sistema das ZMC's (Zonas de Medição e Controlo).

A evolução do número de roturas por 100 km de rede de distribuição, distribuído pelos diferentes tipos de materiais, nos últimos 3 anos, é francamente positiva e pode observar-se no quadro seguinte:



O volume das perdas em ADS foi de 30,546 milhões de metros cúbicos, inferior ao de 2002 em cerca de 1,5 milhão. Consumiu-se menos 1,23% de energia em elevação de água, tendo-se registado uma redução de 3,58% na energia consumida em horas de ponta.

Em termos de inovação, o ano de 2003 registou realizações relevantes. Foi desenvolvido o projecto GIS-MOBILE, que visa a informatização das viaturas de Piquete da Rede de Distribuição, permitindo o acesso e a utilização do Sistema de Informação Geográfica da EPAL em qualquer ponto da cidade onde se encontrem as viaturas de piquete. Obtêm-se, assim, assinaláveis ganhos de eficiência na localização e identificação dos locais e órgãos de manobra para intervenção e torna-se possível a actualização imediata do cadastro disponível nas viaturas.

Outro projecto de mobilidade na área dos serviços aos clientes foi o PDA – Serviços, que consiste na utilização de PDA's (Pocket Digital Assistants) pelas equipas de assistência domiciliária. O PDA – Serviços permite a transferência de pedidos de serviços de assistência do SIGC (Sistema Informático de Gestão de Clientes) directamente para o PDA da equipa, onde quer que esteja, através de GPRS. Após a realização do serviço no local, a informação resultante é integrada "on line" no SIGC, permitindo que o Contact Center da EPAL

tenha pleno conhecimento do estado de realização do mesmo.

Na sequência da experiência adquirida na execução de ramais em polietileno de alta densidade (PEAD), adquiriu-se um novo equipamento por meio do qual, através do processo de furação em carga, se consegue executar ramais em PEAD de diâmetro superior a 50 mm, na rede existente. Deste modo e nestas situações, torna-se possível a eliminação das sempre problemáticas suspensões de zona, com a consequente eliminação das perdas de água delas decorrentes, além de se melhorarem as condições de trabalho e os tempos de intervenção.

Com o objectivo de aumentar a eficiência e fiabilidade dos equipamentos de algumas instalações de elevação, procedeu-se à remodelação das Estações Elevatórias de S. Jerónimo e do Restelo e das canalizações de compressão dos grupos electrobomba da Estação Elevatória dos Barbadinhos.

4.3. Relações com Clientes

À data de 31 de Dezembro de 2003, o número de contratos com clientes servidos na Área de Negócio de Distribuição, correspondente à do Município de Lisboa, era de 336 401, representando um acréscimo de 0,60% face ao ano anterior.

Evolução do Número de Contratos/Clientes	2001	2002	2003	% Total	Δ% 03/02
Doméstico	277 510	280 514	282 821	84.07%	0.82%
Doméstico Especial	75	72	58	0.02%	-19.44%
Comércio/Indústria	46 492	46 367	46 038	13.69%	-0.71%
Inst. Interesse Público	2 299	2 374	2 453	0.73%	3.33%
Estado e Pessoas Direito Público	3 025	3 036	2 072	0.88%	-2.11%
Câmara Municipal de Lisboa	2 039	2 022	2 059	0.61%	1.83%
Total	331 440	334 385	336 401	100%	0.60%



Os serviços de clientes da Área de Negócio de Distribuição viram o seu sistema de gestão da qualidade certificado pela APCER em 20 de Fevereiro, facto que potenciou o desenvolvimento de iniciativas e acções de melhoria geradoras de uma apreciável dinâmica de progresso.

O Índice Global de Satisfação dos Clientes registou um ligeiro acréscimo face aos resultados de 2002. Tendo-se mantido a metodologia utilizada no ano anterior para o inquérito à satisfação dos clientes, realizado em Dezembro de 2003, os resultados obtidos apontam os atributos “atendimento” e “regularidade do fornecimento” como geradores de maior satisfação. Acusando uma tendência progressivamente positiva, a relativa estabilidade da generalidade dos índices de satisfação atesta a consistência e regularidade do serviço prestado pela empresa e o bom nível de serviço atingido, mesmo perante disfuncionalidades e/ou perturbações pontuais no abastecimento de água (roturas e renovações de rede).

A satisfação evidenciada pelos Clientes reforça, assim, a posição de destaque da EPAL no mercado das “utilities”, com particular relevo no que respeita à regularidade do fornecimento e ao atendimento a Clientes.

No decurso do ano em análise, procedeu-se à revisão dos conteúdos de toda a correspondência remetida aos clientes da EPAL, por forma a garantir a sua uniformização ao nível dos conceitos de atendimento e tratamento de reclamações, de expressões de cumprimento e cortesia e dos assuntos tratados.

O número de clientes que se dirigiu à EPAL através do Call Center e das Lojas do Cidadão e da Sede aumentou, verificando-se um acréscimo de mais 10 794 clientes, essencialmente para celebração de contratos de fornecimento de água. Este factor contribuiu para o aumento do tempo médio de espera de 14 para 17 minutos. O tempo médio de espera do Call Center manteve-se nos 24 segundos, embora o nível de atendimento tenha descido de 93 para 90%.

A evolução do Call Center para um Contact Center aconteceu em 2003, através da integração, na equipa do atendimento telefónico, do tratamento de correspondência.

Esta equipa passou a assegurar, na totalidade, os contactos através das Linhas de Atendimento e do site EPAL e a quase totalidade do atendimento postal. Saliente-se que o facto do Contact Center funcionar 24 horas todos os dias permite uma gestão mais ade-

quada às expectativas dos clientes da EPAL, reduzindo o tempo de resposta aos contactos “on-line”.

Desenvolveu-se, ainda, em 2003, o Projecto Locais Hipersensíveis, com o objectivo de identificar as condições de abastecimento dos clientes hipersensíveis.

Relativamente a leituras de contadores, o índice de realização das leituras mensais alcançou a média de 95,6%. Nas leituras semestrais, o índice de realização registou uma média de 79,37%. Quanto ao número de contadores não lidos há mais de 12 meses conseguiu-se reduzir o seu valor, significativamente, de 42 678 para 36 742.

No controlo de consumos fraudulentos, promoveu-se a realização de 15 821 visitas a diferentes locais. Estas resultaram em 796 contratos, 1 182 fechos de água decorrentes de águas abertas, 537 retiradas de contadores, 641 retiradas de by-pass e 2 984 fechos especiais que ocorreram em locais onde se verificaram violações de fechos normais.

Na área de projectos de redes prediais deram entrada na Empresa 1 197 processos, foram analisados 2 367, tendo sido aprovados 1 100.





5. ÁREAS DE SUPORTE

As áreas de suporte às áreas de negócio, nas quais se compreendem o planeamento e controlo de gestão, projectos e obras, sistemas de informação, recursos humanos e a área administrativa e financeira, entre outras, desenvolveram as suas actividades de modo a corresponderem aos objectivos estabelecidos e às necessidades do bom funcionamento da empresa.

Nos domínios do planeamento, e tendo em vista reavaliar toda a estratégia de investimento da EPAL, estabeleceram-se parcerias com o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e com o IST – Instituto Superior Técnico, no sentido de se redefinirem as estratégias do investimento em “alta” e na rede de distribuição. Neste âmbito perspectivava-se a revisão e actualização do Plano Director da EPAL e do Plano Geral da Rede de Distribuição de Lisboa que, quando concretizadas, não deixarão de influenciar fortemente o planeamento estratégico, a curto e a médio prazos.

Nos Sistemas de Informação há a registar os inovadores Projectos de Mobilidade na área de Serviços aos Clientes, com utilização de PDA's com ligação por GPRS ao Sistema Informático de Gestão

de Clientes (SIGC), e na área da Rede, pela utilização de portáteis com o SIG (Sistema de Informação Geográfica) nas viaturas das equipas de manutenção da Rede.

Ainda nesta área de Clientes multiplicaram-se os canais de interacção, nomeadamente pela utilização de Web Services, mensagens SMS e IVR (interactive voice response). Desenvolveu-se a Nova Factura e implementaram-se novos módulos de apoio à gestão no âmbito do Sistema de Gestão de Clientes .

A Telemetria, o Sistema Integrado de Medição para apuramento das perdas físicas e económicas e o Balance Scorecard são projectos, actualmente, em curso suportados em tecnologias de informação, que merecem particular referência.

Na área de Sistemas e Telecomunicações procedeu-se a uma renovação tecnológica com vista a diminuir custos e a melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes internos e externos.

Na sequência da implementação do SAP R/3, a EPAL participou activamente no projecto de e-procurement do Grupo Águas de Portugal, assente naquela plataforma, com vista a agilizar e racionalizar a compra de reagentes, consumíveis de informática e material de escritório, o qual entrou em produção no final do ano.





6. INVESTIMENTO

A realização do Plano de Investimentos de 2003 atingiu os 40 milhões de Euros, correspondendo a 81% da previsão actualizada (49,6 milhões de Euros). Comparativamente ao ano anterior, houve uma redução do investimento, da ordem dos 5,3 milhões

de Euros, sendo que na Área de Negócio de Produção e Transporte o investimento foi inferior em 7,6 milhões, e na Área de Negócio de Distribuição foi superior em 3,3 milhões de Euros. No entanto, 61% do Investimento realizado em 2003, verificou-se na Área de Negócio de Produção e Transporte.

Unid.: milhares de Euros

Negócio Utente	2002	2003
Área de Negócio de Produção e Transporte	32 045	24 402
Área de Negócio de Distribuição	11 295	14 585
Serviços Suporte e Outros	1 961	963
TOTAL	45 301	39 950

Dos investimentos realizados na Área de Negócio de Produção e Transporte, em 2003, destacam-se:

- n o início da construção da Estação Elevatória II no Subsistema Castelo do Bode, contígua à existente, com uma capacidade de elevação de 125 mil m³/dia na 1ª fase. Trata-se da primeira obra da ampliação do Subsistema do Castelo do Bode para a capacidade de produção e transporte de 625 mil metros cúbicos/dia. Seguir-se-lhe-ão as empreitadas de construção da conduta elevatória, da ampliação da ETA da Asseiceira, da duplicação das cisternas de água tratada na Asseiceira e de duplicação de dois troços do adutor a jusante da ETA.
- n a conclusão do sistema de tratamento de lamas e de recolha e tratamento das águas residuais do processo da ETA de Vale da Pedra. Esta empreitada teve por objecto a construção civil e o equipamento necessário às operações de homogeneização, de espessamento e de desidratação, por flotação e centrifugação, respectivamente, das lamas resultantes do tratamento de água na ETA de Vale da Pedra. Incluiu ainda a execução dos circuitos hidráulicos e as

- ligações necessárias a assegurar a recolha e tratamento dos efluentes, bem como a reutilização dos caudais recuperados na operação de espessamento através da respectiva condução à cabeça da linha de tratamento da ETA.
- n a conclusão da recuperação dos troços 1 (trecho B), 4 e 5 (trecho A) do Aqueduto do Alviela, num comprimento de 11 km. Desta forma, encontram-se recuperados 15,2 km do Aqueduto, dado já terem sido recuperados, em 2002, os troços 2 e 5 (trecho B), com uma extensão de 4,2 km. Está previsto concluir a recuperação do Alviela em 2004, com a substituição dos troços 1 (trecho A), 3 e 6 (trecho A).
- n a recuperação dos troços 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 do Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, numa extensão de 8,04 km. Os restantes troços (1, 2, 4 e 5) prevêem-se substituir em 2006/2007.
- n a conclusão da remodelação da tomada de água na captação de Valada-Tejo, com a construção de uma estrutura de betão armado onde foram instalados os equipamentos de captação e bombagem (quatro conjuntos constituídos por mastros articulados, tubagem de aspiração e grupos

electrobomba).

na reposição da capacidade de produção das captações das Lezírias II e III, com abertura dos furos 11, 12, 13 e 14 e cimentação dos quatro furos desactivados.

Na Área de Negócio de Distribuição foram investidos 14,6 milhões de Euros, dos quais 10,15 milhões na substituição de 74,3 km de condutas na rede de distribuição, mais 20 km que no ano anterior.

No início de Janeiro de 2003 estavam em curso 9 obras, 6 das quais foram concluídas em 2003.

Durante o ano foram iniciadas duas obras, que adicionadas às três que transitam para 2004, perfazem um total de 5 obras em curso em finais de Dezembro.

Salienta-se, ainda, o investimento na remodelação da conduta da Zona Baixa, tendo-se procedido à substituição de 769 m de tubagem na Av^a. Infante D. Henrique.







7. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

7.1. Situação Económica

A EPAL reforçou a sua situação económica em 2003, tendo obtido 20,4 milhões de Euros de resultados

líquidos, o que se traduz num aumento de 117,9% face a 2002.

Unid: Milhares de Euros

Resultados	2001	2002	2003	VARIAÇÃO 03/02	
				Valor	%
Resultados operacionais	27.621	26.741	31.390	4.649	17,4
Resultados financeiros	(5.426)	(8.031)	(4.782)	3.249	40,5
Resultados correntes	22.195	18.710	26.608	7.898	42,2
Resultados extraordinários	(8.697)	(5.226)	2.921	8.147	155,9
Resultados antes de impostos	13.498	13.484	29.529	16.045	119,0
Imposto sobre o rendimento	5.970	4.106	9.093	4.987	121,5
Resultado líquido do exercício	7.528	9.378	20.436	11.058	117,9

A evolução favorável dos resultados deve-se, em grande medida, à melhoria da rentabilidade operacional da Empresa, que atingiu 31,4 milhões de Euros, mais 17,4% que no ano anterior. Esta resulta fundamentalmente do aumento dos proveitos operacionais, na ordem dos 6,4 milhões de Euros (4,9%), associado a uma maior racionalização e contenção dos custos operacionais, que apenas aumentaram 1,7 milhões de Euros (1,66%).

Os resultados financeiros apresentam igualmente uma evolução favorável, tendo atingido um valor negativo de 4,8 milhões de Euros, face ao valor, igualmente negativo, de 8,0 milhões apurado em 2002. Esta situação é fruto do efeito da descida das taxas de juro com incidência nos empréstimos do BEI, reflectindo, ainda, a influência da provisão de

2,7 milhões de Euros, para cobertura da participação financeira da EPAL na Prolagos, constituída no exercício de 2002.

Regista-se o valor positivo dos resultados extraordinários, de 2,9 milhões de Euros, em contraponto com resultados negativos registados em 2001 e 2002, sendo que estes últimos estavam influenciados por custos de reestruturação da EPAL, facto que acabou por influir na melhoria dos resultados de 2003.

Os resultados antes de impostos atingiram os 29,5 milhões de Euros, mais 119% que no ano anterior, evidenciando a performance favorável da EPAL no exercício em apreço. Salienta-se, ainda, o reflexo favorável nos resultados líquidos, de 3,6 milhões de Euros, decorrente da contabilização dos efeitos dos

impostos diferidos activos e passivos, parte do qual (0,7 milhões de Euros) inerente à variação da taxa de imposto.

Os proveitos totais atingiram os 139,8 milhões de Euros, com um aumento de 4,7% face a 2002.

Unid: Milhares de Euros

Proveitos	2001	2002	2003	VARIÇÃO 03/02	
				Valor	%
Vendas	121.582	125.023	131.146	6.123	4,9
Prestações de serviços	3.033	2.817	2.917	100	3,5
Variação da produção	(24)	0	0	0	-
Proveitos suplementares	1.376	1.665	1.864	199	12,0
Trabalhos para a própria empresa	704	256	208	(48)	(18,8)
Outros proveitos operacionais	13	25	5	(20)	(80,0)
Proveitos e ganhos financeiros	513	255	293	38	14,9
Proveitos e ganhos extraordinários	3.253	3.388	3.331	(57)	(1,7)
Total	130.450	133.429	139.764	6.335	4,7

A evolução favorável dos proveitos deve-se à boa performance registada pelos proveitos operacionais (+4,9%), nos quais se inclui a venda de água, as prestações de serviços e os proveitos suplementares, respectivamente com aumentos de 6,1 milhões de Euros (4,9%), 100 mil Euros (3,5%) e 199 mil Euros (12%). A venda de água, em volume, teve um aumento de 1,02%, tendo atingido os

221,6 milhões de metros cúbicos, o que, associado à actualização tarifária ocorrida no ano, contribuiu para a evolução favorável referida.

Os custos totais, não obstante o acréscimo de actividade da Empresa, registaram uma redução de 8,1%, tendo-se fixado nos 110,2 milhões de Euros, o valor mais baixo dos últimos três anos.

Unid: Milhares de Euros

Custos	2001	2002	2003	VARIÇÃO 03/02	
				Valor	%
Custo merc. vendidas matérias consumidas	3.811	3.394	2.825	(569)	(16,8)
Fornecimento e serviços externos	32.675	36.164	36.096	(68)	(0,2)
Impostos	493	607	639	32	5,3
Custos com o pessoal	33.839	33.551	32.317	(1.234)	(3,7)
Outros custos operacionais	1.193	872	586	(286)	(32,8)
Amortizações	26.639	26.262	27.221	959	3,7
Provisões	414	2.194	5.066	2.872	130,9
Custos e perdas financeiros	5.939	8.286	5.075	(3.211)	(38,8)
Custos e perdas extraordinários	11.949	8.615	410	(8.205)	(95,2)
Total	116.952	119.945	110.235	(9.710)	(8,1)

Na generalidade das rubricas houve redução de custos em resultado da conjugação de vários factores, fazendo-se notar os efeitos da reestruturação ocorrida em 2001 e 2002, com destaque para a redução dos custos extraordinários neste exercício de 8,2 milhões de Euros (95,2%).

No que respeita aos custos financeiros, salienta-se a diminuição da taxa média de juro dos empréstimos da EPAL, de 3,912% em 2002 para 3,363% em 2003, o que contribuiu para a redução dos encargos financeiros do exercício em cerca de 9% (expurgado o efeito da provisão de 2,7 milhões de Euros, para investimentos financeiros, constituída em 2002), tendo atingido os 5,1 milhões de Euros, menos 38,8% que o ano anterior.

Os fornecimentos e serviços externos, rubrica que representa 32,7% dos custos totais, registaram 36,1 milhões de Euros, mantendo-se praticamente ao nível do ano anterior (redução de 0,2%), evidenciando um decréscimo em termos reais, resultado de uma maior racionalização e contenção dos custos da Empresa.

Os custos com o pessoal atingiram os 32,3 milhões de Euros, menos 3,7% que o valor de 2002, não

obstante a actualização salarial verificada no exercício, em resultado dos efeitos da reestruturação e da consequente diminuição do número de efectivos.

A Empresa constituiu provisões diversas no exercício, no valor de 5,1 milhões de Euros, mais 139,9% que no ano anterior, para fazer face a potenciais riscos essencialmente decorrentes de contenciosos e litígios existentes.

Os indicadores de rentabilidade económica apresentam uma evolução muito favorável, conforme se observa no quadro seguinte, com a recuperação da rentabilidade da Empresa para níveis mais consentâneos com a sua posição no mercado.

Salienta-se o indicador da rentabilidade dos capitais próprios (ROE) que passou de 2,91% em 2002 para 6,11% em 2003, com um acréscimo de 110%, isto é para valores compatíveis para a remuneração esperada do capital dos accionistas.

O Cash-Flow atingiu os 54,8 milhões de Euros, superior em 22% ao de 2002, sendo o valor mais alto dos últimos três anos.

(%)

Indicadores Económicos	2001	2002	2003	VARIAÇÃO 03/02
Rendibilidade do Activo Total	1,29	1,55	3,14	102,6
ROE	2,36	2,91	6,11	110,0
Rendibilidade das Vendas e Serviços Prestados	6,04	7,34	15,24	107,8
Cash-Flow (10 ⁶ euros)	36.811	44.911	54.851	22,1

7.2. - Situação Financeira

Os balanços do último triénio, que se apresentam seguidamente, espelham a situação patrimonial da EPAL, pondo em evidência um aumento do activo

liquido, no final de 2003, de 7,6%, atingindo os 650,6 milhões Euros, mais 45,7 milhões de Euros que o ano anterior.

Unid: Milhares de Euros

Balanço	2001	2002	2003	VARIAÇÃO 03/02 Valor	%
Activo					
Activo Fixo	533.102	552.343	565.215	12.872	2,3
Activo Circulante	30.869	34.153	67.445	33.292	97,5
Acréscimos e diferimentos	17.651	18.391	17.919	(472)	(2,6)
Total	581.623	604.887	650.579	45.692	7,6
Capital Próprio e Passivo					
Capital próprio	319.660	322.452	334.548	12.096	3,8
Passivo de M/L prazo	127.022	140.412	150.334	9.922	7,1
Passivo de Curto prazo	40.563	47.870	75.048	27.178	56,8
Acréscimos e diferimentos	94.378	94.153	90.649	(3.504)	(3,7)
Total	581.623	604.887	650.579	45.692	7,6

O activo fixo, que atingiu o valor de 565,2 milhões de Euros, apresenta apenas um aumento de 12,9 milhões (2,3%), resultado dos investimentos realizados no exercício de 40,0 milhões de Euros e do efeito das amortizações anuais.

Para financiamento dos investimentos realizados no exercício, em complemento ao cash-flow gerado internamente, a EPAL contraiu um novo empréstimo, de 10,0 milhões de Euros, ao abrigo do Contrato de Financiamento do BEI (EPAL III), assinado em Janeiro de 2002. Em consequência, o endividamento a médio e longo prazo aumentou, em termos líquidos, 5,9 milhões de Euros, tendo atingido 143,4 milhões de Euros.

Salienta-se o aumento do activo circulante em 33,3 milhões de Euros, relativamente a 2002, resultado da existência de aplicações financeiras de curto prazo, no final do ano, de 34,1 milhões de Euros, as quais concorreram com o passivo financeiro de curto prazo, sendo o valor da aplicação líquida de 9,1 milhões de Euros.

A EPAL manteve em 2003 uma estrutura financeira equilibrada, continuando o activo fixo a ser coberto, na sua totalidade, por capitais permanentes, registando-se inclusivamente uma melhoria do indicador de cobertura do imobilizado por capitais permanentes, de 1,01 em 2002, para 1,02 em 2003.

Unid: Milhares de Euros

Indicadores Financeiros	2001	2002	2003	VARIAÇÃO 03/02 %
Liquidez Geral	0,76	0,71	0,90	26,0
Solvabilidade	1,22	1,14	1,06	(7,3)
Fundo de Maneio (10 ³ EUR)	(9.694)	(13.717)	(7.603)	44,6
Cobertura do imobilizado por capitais permanentes	1,01	1,01	1,02	1,0

Os indicadores de curto prazo evidenciam um aumento da liquidez da Empresa, com o reforço da capacidade de solvência dos compromissos de curto prazo, passando o indicador de liquidez geral de 0,71 em 2002, para 0,90 em 2003, enquanto que o fundo de maneio, que atingiu -7,6 milhões de Euros, apresentou uma evolução positiva de 44,6% face ao ano anterior. O indicador de solvabilidade apresenta uma evolução desfavorável ao longo do triénio, tendo atingido 1,06 em 2003, contra 1,14 em 2002, resultado do aumento do endividamento a médio e longo prazos, salientando-se, todavia, que continua a apresentar valores que não põem em causa a capacidade de solvência dos compromissos financeiros a médio e longo prazos.

7.3. Seguros

A carteira de seguros da EPAL cobre a generalidade dos riscos em que incorre no desenvolvimento da sua actividade, tanto pessoais como patrimoniais e de responsabilidade civil. Compreende, ainda, um seguro de doença grupo que abrange trabalhadores, cônjuges e filhos.

Na sequência da renegociação da carteira de seguros, ocorrida em Junho/Julho, procedeu-se a alguns ajustamentos nas coberturas, nos capitais seguros e nos prémios das apólices, destacando-se a actualização dos capitais dos seguros na apólice multiriscos, que ascenderam a 921,2 milhões de Euros, (imobilizado firme e em curso, incluindo equipamen-

to em regime de aluguer operacional), e a cobertura para perdas de exploração, que passou para 123,7 milhões de Euros. Em consequência, os custos da carteira de seguros da empresa atingiram 1,5 milhões de Euros, mais 4,7% que no ano anterior.

7.4. - Fundo de Pensões

O valor da carteira do Fundo de Pensões EPAL no termo do exercício de 2003 ascendia a 34,0 milhões de Euros, o que representa um acréscimo de 10% relativamente ao período homólogo do ano anterior. Durante o ano, o valor dos complementos de reforma pagos pelo Fundo totalizou 1,6 milhões de Euros (mais 11% que em 2002) e as contribuições efectuadas pela EPAL totalizaram 2,0 milhões de Euros (mais 33% que no exercício anterior).

A rentabilidade registada pelo Fundo de Pensões ao longo do ano foi de 9,2%, o que evidencia um desempenho superior ao da mediana do mercado, em 1,4 pontos percentuais. Esta performance não é alheia à recuperação dos mercados em 2003, onde se assistiu à conjugação de diversos factores positivos, nomeadamente um aumento dos níveis de confiança dos empresários (com impactes ao nível da produção e da procura), a redução das taxas de juro, o bom desempenho dos mercados obrigacionistas e até dos próprios mercados accionistas, que tinham registado rendibilidades negativas nos últimos três anos e, em 2003, inverteram essa tendência e obtiveram uma valorização relevante.

7.5. Empresas Participadas

As participações financeiras da EPAL em sociedades comerciais podem conhecer-se no quadro seguinte:

EMPRESAS	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO EPAL	
		Valor	%
Clube de Golfe das Amoreiras, S.A.	350.000 EUR	350.000	100,0
Ambelis, SA	997.596 EUR	9.976	1,0
Shore, Lda	420.000 EUR	31.500	7,5
Prolagos, SA	108.694.498 Reais	8.152.087	7,5

No Brasil, a EPAL detém 7,5% do capital social da Prolagos, SA, no valor de 8,2 milhões de reais, desempenhando o papel de operadora técnica da concessão detida pela Prolagos para o abastecimento de água e saneamento básico das áreas urbanas dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, bem como o fornecimento de água ao Município de Arraial do Cabo. A parte restante do capital social daquela sociedade (92,5%) é detida directa e/ou indirectamente pela Águas de Portugal, SGPS. A participação financeira detida na Prolagos encontra-se totalmente provisionada nas contas da EPAL, pelo valor de 4,1 milhões de Euros. A participação financeira na SHORE, Lda é de 31 500 Euros (7,5%), sendo a parte restante (92,5%) detida indirectamente pela Águas de Portugal, SGPS, através da EBAL – Águas do Brasil, SA. Com sede social na Zona Franca da Ilha da Madeira, aguarda-se oportunidade para se proceder à dissolução e liquidação desta sociedade. O valor da participação também se encontra totalmente provisionado nas contas da EPAL.

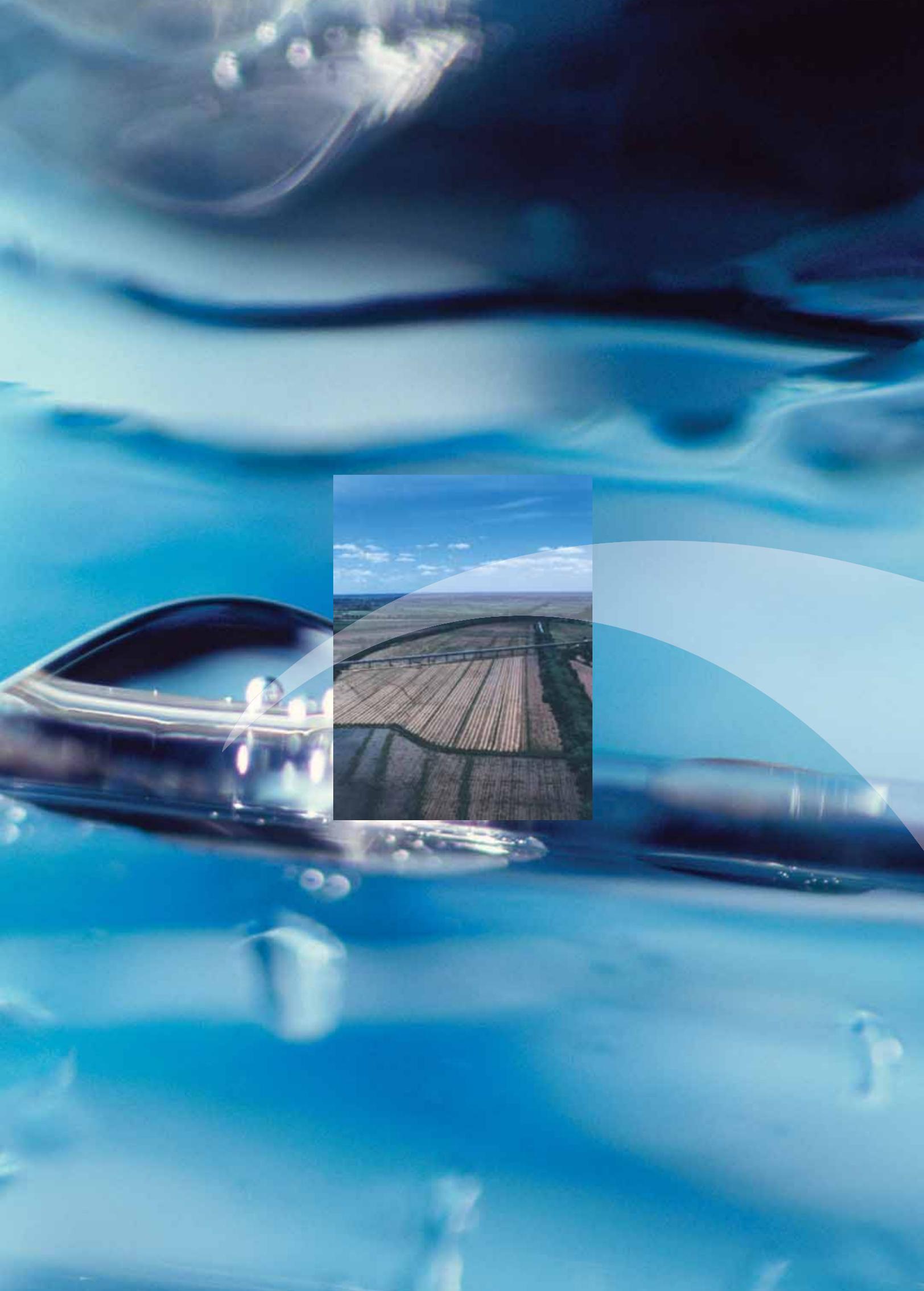
O Clube de Golfe das Amoreiras, SA., foi constituído em 6 de Julho de 1994, tendo como único accionista a EPAL. Esta sociedade tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de

Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório.

As obras de construção do estabelecimento encontram-se praticamente terminadas, estando a sua conclusão pendente da concessão, pela Câmara Municipal de Lisboa, da licença para a instalação da vedação de segurança circundante ao recinto. Obtido o licenciamento camarário e concluída a vedação de segurança, está prevista a celebração de contrato de cessão de exploração do empreendimento com a Supergolf Amoreiras – Academia de Golfe, SA, por um período de 25 anos.

Entre Julho e Novembro de 2003, decorreram as inquirições das testemunhas indicadas pelas partes no processo litigioso em que a EPAL e o Clube de Golfe são rés, na sequência da acção interposta pela Supergolf - Amoreiras, e que corre em tribunal arbitral, às quais se seguiram as alegações finais. No termo do ano, ainda não era conhecida a decisão judicial.

No que respeita à AMBELIS, S.A., a participação financeira da EPAL é de 9 976 Euros, correspondente a 1% do capital social da sociedade. Esta foi constituída em 25 de Outubro de 1994, tendo por objectivo a modernização da base económica da cidade de Lisboa, assumindo-se como polo gerador de investimento, através da dinamização e gestão de diversos projectos e actividades.





8. RECURSOS HUMANOS

Após os esforços realizados, entre 2000 e 2002, para o redimensionamento do quadro de pessoal, o ano de reporte caracterizou-se pelo abrandamento dos movimentos de efectivos e pela criação de um clima de consolidação da estrutura humana e de opera-

cionalização das áreas de negócio e de suporte, com especial atenção às capacidades de performance dos colaboradores da Empresa.

Com os movimentos de entrada e saída de pessoal, verificados ao longo do ano e patentes nos quadros seguintes, à data de 31 de Dezembro, o quadro de efectivos contava com 850 pessoas, menos 23 que em igual data do ano anterior.

SAÍDAS

Motivo das Saídas	Homens	Mulheres	Total
Reformas	1	1	2
Demissões	2	1	3
Cessações Contrato a Termo		1	1
Falecimento	1		1
Pré-Reformas	15	6	21
Despedimento	1		1
TOTAL	20	9	29

ENTRADAS

Motivo das Entradas	Homens	Mulheres	Total
Admissões (*)	2	3	5
Reingresso Contrato Suspenso	1		1
TOTAL	3	3	6

(*) Inclui 1 Trabalhadora admitida com Contrato a Termo

Atendendo ao tipo e amplitude dos movimentos verificados, a evolução da idade e da antiguidade médias dos trabalhadores não deixou de reflectir o natural decurso do tempo. Assim, a idade média dos efectivos da Empresa foi de 44,57 anos e a antiguidade média de 19,03 anos, quando em 2002 eram de 43,88 e 18,40, respectivamente.

A distribuição de efectivos por níveis de qualificação registou um ligeiro reforço dos níveis superiores, representando os quadros superiores e médios

cerca de 23% do total dos trabalhadores e os profissionais altamente qualificados e mestres, cerca de 21%. A grande concentração de efectivos ocorre com os profissionais qualificados, que representam cerca de 49,8%.

O absentismo registado em 2003 apresentou uma taxa de 5,50%. Comparado com o ano anterior, constata-se um ligeiro agravamento, da ordem dos 0,40%. A taxa apresentada, embora reflecta o interesse das acções de identificação, acompanhamento

e controlo do absentismo crónico desencadeadas no ano anterior; continua a revelar índices susceptíveis de melhoria.

As actividades de formação, em 2003, revelaram a realização assinalada nos quadros abaixo apresenta-

dos. Procurou-se privilegiar a formação técnica pelo que, em articulação com a AdP - Formação, foi delimitado um programa de formação com esse objectivo. Os dados relativos às actividades de formação da EPAL, em 2003, são os seguintes:

2003	Act. Interna	Act. Externa	Total
Participantes	307	344	651
Formandos	366	536	902
Acções	6	91	97
Horas de Formação	1418	7827	9245
Custos (€)			103980

Níveis de Enquadramento	Número de Formandos	Número de Participantes	Horas de Formação
Dirigentes e Quadros Superiores	165	101	1945.5
Quadros Médios	193	122	2072
Encarregados e Mestres	66	54	780.5
Profissionais Altam. Qualificados	108	85	787
Profissionais Qualificados	336	258	3382.5
Profissionais Semi-Qualificados	34	31	277.5
Totais	902	651	9245

Nos domínios da segurança, os principais indicadores registaram agravamentos. A situação não

será anormal se considerarmos que o ano de 2002 foi excepcionalmente positivo.

Indicadores	2003	2002
TF – Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	28,44	18,24
Tf - Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	16,36	8,11
Tg – Taxa de gravidade (só do próprio ano)	0,58	0,13
TG – Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes de anos anteriores)	0,85	0,57

A evolução das taxas de frequência nos últimos 10 anos foi a seguinte:

Evolução das taxas de frequência nos últimos 10 anos



TF = N.º total de acidentes X 10⁶ : horas de exposição ao risco

Tf = N.º de acidentes com incapacidade temporária absoluta X 10³ : horas de exposição ao risco

Em matéria de segurança e higiene no trabalho realizaram-se acções de avaliação e controlo de riscos profissionais, de optimização das condições de trabalho, de informação, formação e treino, de atribuição de equipamentos de protecção colectiva e individual, análise de acidentes, sinalização de segurança, entre outras.

Elaboraram-se Planos de Emergência para os Recintos dos Olivais, Amadora, Arco e Sede.

Nos domínios da prevenção e protecção contra incêndios, procedeu-se ao controlo, ensaio e manutenção dos sistemas e equipamentos de protecção e intervenção de todas as instalações da empresa, tendo sido substituídos, por imposição legislativa de ordem ambiental, todos os extintores de halon.

Foram efectuadas 60 inspecções a instalações e postos de trabalho e 12 visitas a obras e respectivos estaleiros.

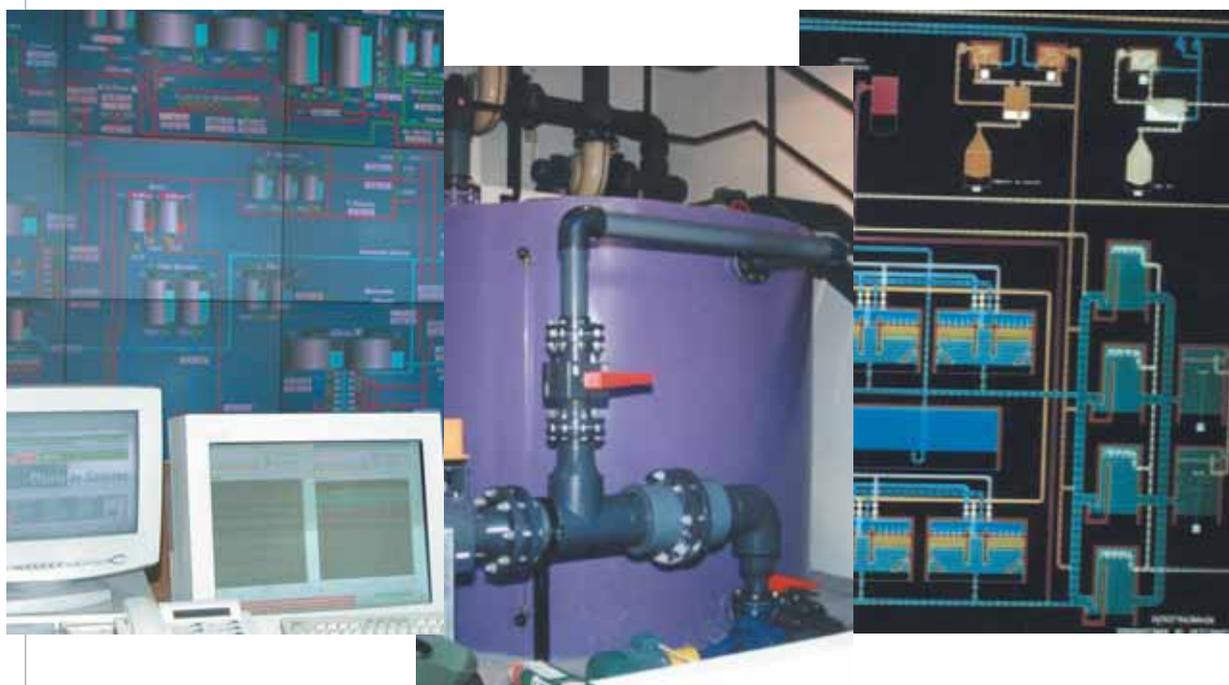
As actividades de Medicina do Trabalho, desenvolvidas ao longo do ano, compreenderam a realização de 1 075 exames médicos, dos quais 588 periódicos e 480 ocasionais e complementares. Promoveram-se campanhas de colheita de sangue e de vacinação anti-gripal, tendo aderido a esta última 450 trabalhadores.

No conjunto dos seis refeitórios da empresa foram servidos 90 782 almoços. Realizado inquérito junto dos utentes, com percentagens de respostas, nos diferentes recintos, que oscilaram entre os 80 e os 100%, o serviço recolheu uma avaliação muito positiva, tendo sido identificadas algumas oportunidades de melhoria a que se procurou dar seguimento. O jantar de homenagem aos trabalhadores com 25 e 35 anos de casa e a distribuição de cabazes de Natal, foram iniciativas direccionadas aos trabalhadores, que pretenderam reconhecer a sua dedicação à Empresa.

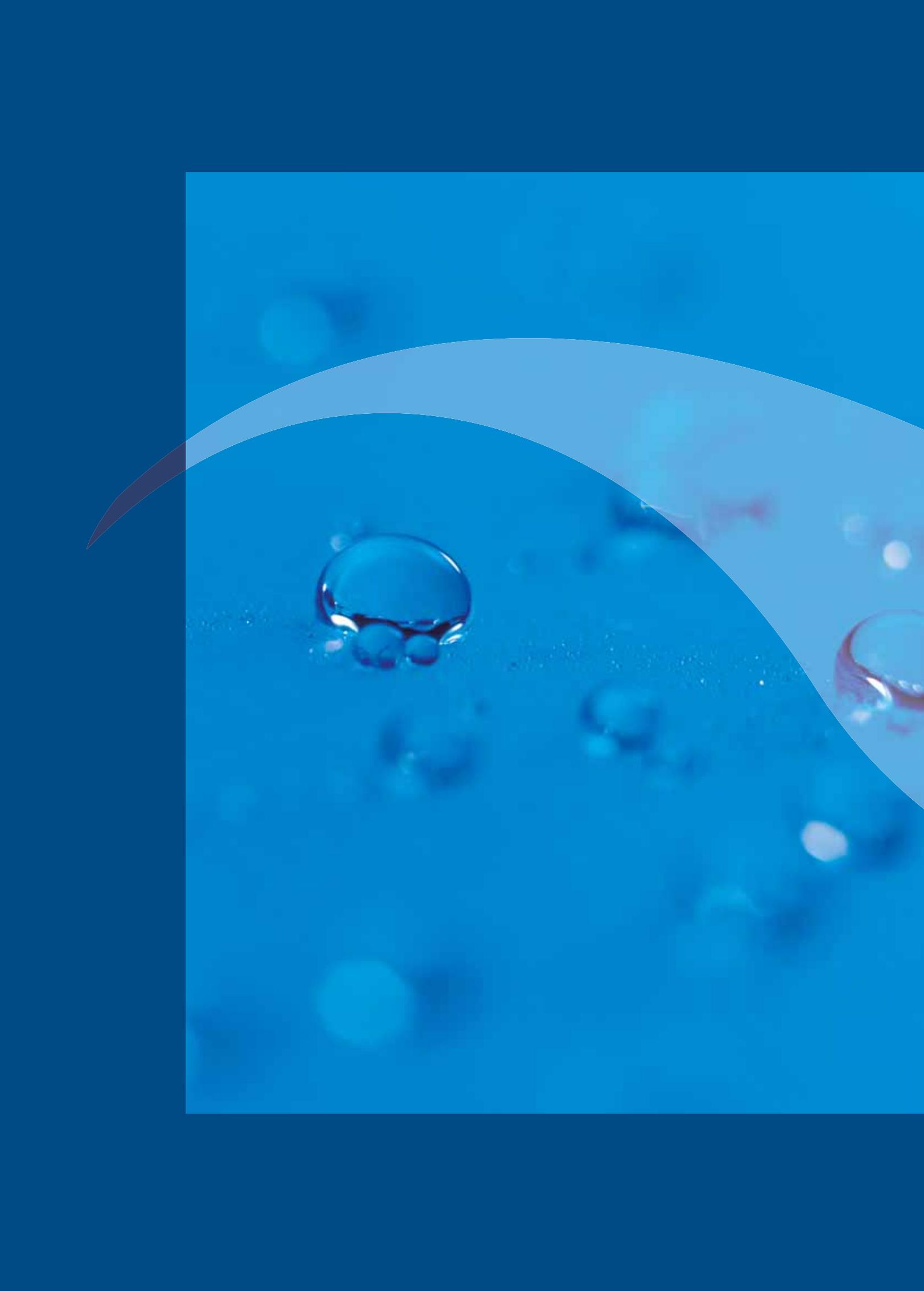
Desde 1997, tem a Empresa vindo a realizar programas ocupacionais de verão para os filhos dos trabalhadores, compreendendo duas faixas etárias distintas, uma dos 6 aos 17 anos e outra dos 18 aos 25 anos. Em 2003, foram abrangidos por este programa 100 crianças e jovens. Para a primeira das faixas referidas manteve-se o programa designado por OTL/Infantil e Juvenil, que consistiu na frequência de um Campo de Férias, em regime de internato, por

um período máximo de 2 semanas. Para a segunda faixa, os jovens entre os 18 e os 25 anos foram integrados em diversos Serviços da Empresa, possibilitando-lhes a oportunidade de contacto directo com o meio laboral.

Ainda no âmbito da política social, assegurou-se a gestão do Seguro de Doença que, no fim do ano abrangia 1107 titulares, 559 cônjuges e 508 filhos, num total de 2174 pessoas seguras.







9. QUALIDADE

São vários os sistemas de gestão da Qualidade implementados na EPAL. Com efeito, dispõe de um Sistema de Gestão Ambiental, certificado pela APCER, com referência à norma NP EN ISO 14001:1999, um Sistema de Gestão da Qualidade, definido para a Área de Clientes Directos, igualmente certificado pela APCER, com referência à norma NP EN ISO 9001:2000 e de três laboratórios acreditados, com referência à norma NP EN ISO / IEC 17025, a saber, o Laboratório de Contadores, o Laboratório da Asseiceira e o Laboratório Central da EPAL.

9.1. Qualidade da Água

O controlo da qualidade da água é assegurado em função de um programa de monitorização e de planos de controlo operacional.

O Programa de Monitorização da Qualidade da Água (PMQA) no Sistema de Abastecimento da Empresa é executado pelo Laboratório Central da EPAL e contempla o conjunto de análises a realizar, no período de um ano, destinadas a avaliar a qualidade da água captada, tratada, aduzida e distribuída pelo Sistema de Abastecimento da Empresa, quanto aos parâmetros organolépticos, biológicos, microbiológicos, físicos, químicos e radiológicos.

Os Planos de Controlo Operacional da Asseiceira e de Vale da Pedra (PCOQAA e PCOQAP) contemplam o conjunto de análises a realizar, pelos Laboratórios da Asseiceira e de Vale da Pedra, respectivamente, ao longo dos processos e ope-

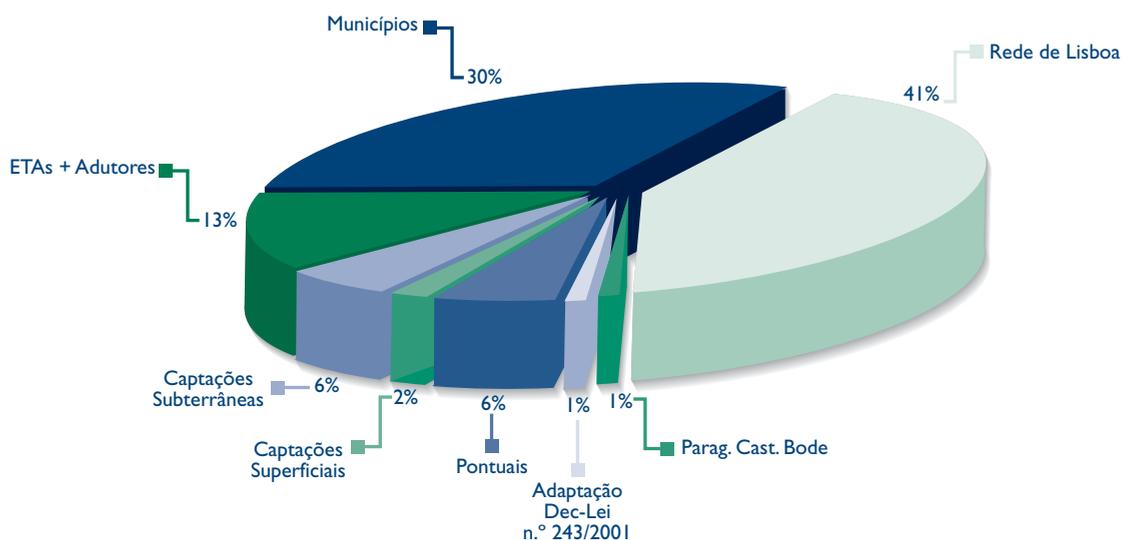
rações a que é submetida, quanto aos parâmetros organolépticos, biológicos, microbiológicos, físicos e químicos.

Em 2003, tanto o programa de monitorização como os planos de controlo operacional foram integralmente cumpridos.

No âmbito do PMQA, recolheram-se 6 865 amostras de água em 210 pontos de amostragem, representativos de todo o sistema da EPAL, nas quais se realizaram um total de 162 350 determinações. Procedeu-se, ainda, à colheita de 748 amostras relativas a programas complementares de controlo da qualidade e a solicitações pontuais de serviços internos (infiltrações, reclamações da qualidade da água, lavagens de reservatórios e condutas, paragem do Subsistema de Castelo do Bode, programa de adaptação ao Decreto-Lei n.º 243/2001, entre outros), nas quais se realizaram um total de 13 799 determinações de substâncias/espécies na água.

O número total de parâmetros/espécies pesquisados, cumprindo o estabelecido no Decreto-Lei n.º 236/98, foi de 91 parâmetros/169 espécies, tendo a seguinte distribuição: 17 parâmetros microbiológicos (18 espécies), 4 parâmetros organolépticos, 3 parâmetros biológicos, 15 parâmetros físico-químicos, 30 parâmetros relativos a substâncias indesejáveis (36 espécies), 18 parâmetros relativos a substâncias tóxicas (89 espécies) e 4 parâmetros radiológicos. Destas 169 espécies, 12 (7%) são subcontratadas a laboratórios externos acreditados. A distribuição do número de determinações efectuadas, por área do sistema de abastecimento da EPAL (captação, tratamento, adução e distribuição), nos termos do Programa de Monitorização da Qualidade da Água, é apresentada na figura que se segue.

Ensaio realizados no Sistema de Abastecimento da EPAL 2003



No âmbito do Plano de Controlo Operacional da Asseiceira realizaram-se 116 627 determinações, tendo sido pesquisados 58 parâmetros, e do Plano de Controlo Operacional de Vale da Pedra fizeram-se 220 456 determinações, com pesquisa de 42 parâmetros.

9.1.1. Qualidade da Água nas Origens

n Rio Zêzere - Albufeira de Castelo do Bode

Os resultados obtidos ao longo do ano 2003 na água da Albufeira de Castelo do Bode (no ponto de captação da EPAL), não registaram valores superiores aos VMA estabelecidos para qualquer das classes A1/A2/A3. Houve, no entanto, parâmetros que apresentaram, valores superiores ao VMR estabelecido para a classe A1 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto (coliformes totais, coliformes fecais e substâncias extraíveis por clorofórmio), em menos de 10% das amostras.

Os resultados obtidos, ao longo dos últimos 10 anos, indiciam que a água captada na Albufeira de Castelo do Bode, apresenta, de um modo sistemático, para a quase totalidade dos

parâmetros da qualidade da água, valores inferiores aos Valor Máximo Recomendável (VMR) e Valor Máximo Admissível (VMA), estabelecidos para a Classe A1, do Anexo I, do Decreto-Lei n.º 236/98. A ocorrência de valores superiores ao VMR e/ou VMA não tem carácter sistemático, sendo facilmente elimináveis através do esquema de tratamento preconizado, para a classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98 - Tratamento físico e desinfecção e garantido pela estação de Tratamento da Asseiceira. A qualidade e as características da água captada na Albufeira do Castelo do Bode justificam a existência de garantias e a eficácia das acções de protecção da albufeira, nomeadamente da zona de captação, em ordem a evitar-se a sua degradação.

n Rio Tejo - Valada Tejo

A monitorização da água captada no Rio Tejo (Valada do Ribatejo), só registou valores superiores aos VMA estabelecidos, para qualquer das classes A1/A2/A3, no parâmetro da Temperatura. Tal como nos anos transactos, os resultados obtidos ao longo do ano 2003 indi-

ciam que a água captada no Rio Tejo se integra na Classe A3, por força dos parâmetros Coliformes totais e Coliformes fecais.

Nos 10 últimos anos, a água captada em Valada do Ribatejo, apresenta, de um modo sistemático, para a quase totalidade dos parâmetros da qualidade da água, valores inferiores aos Valor Máximo Recomendável (VMR) e Valor Máximo Admissível (VMA), estabelecidos para as Classes A2 e A3, do Anexo I, do Decreto-Lei n.º 236/98. A ocorrência de valores superiores ao VMR e/ou VMA da Classe A3, não tem carácter sistemático, sendo facilmente elimináveis através do esquema de tratamento preconizado para a classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98 - Tratamento físico e desinfecção, e garantido pela Estação de Tratamento de Água (ETA) de Vale da Pedra, que trata a água proveniente do Rio Tejo, e dispõe de um esquema de tratamento ao nível da Classe A3.

n Rio Alviela – Nascente dos Olhos de Água

A água captada na nascente do Rio Alviela (Olhos de Água) caracterizou-se por ser uma água mineralizada e dura, não se tendo registado, ao longo do ano 2003, qualquer determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1 de acordo com o art.º 16, n.º 3, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98.

n Captações Subterrâneas

A água das captações subterrâneas localizadas nos aquíferos calcários da Ota e Alenquer, caracterizou-se por ser bastante mineralizada, dura e fracamente cloretada e sulfatada, não se tendo registado, ao longo do ano 2003, qual-

quer determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1. A água captada nas Lezírias, situadas no aquífero da bacia do Tejo do Miocénio, caracterizou-se por ser uma água bastante mineralizada e mediamente dura, cloretada e sulfatada, enquanto que a das captações subterrâneas situadas nos aluviões (Poços de Valada) caracterizaram-se por serem águas mineralizadas. Em ambos os aquíferos, os parâmetros temperatura e bário excederam o VMA da Classe A1, nos termos do Decreto-Lei n.º 236/98.

9.1.2 Qualidade da Água para Consumo Humano

O número de determinações efectuadas na rede de distribuição de Lisboa, 72 798 espécies, excedeu o mínimo estabelecido no Decreto-Lei n.º 236/98, tendo-se dado particular atenção à monitorização da qualidade microbiológica e do cloro residual, com a realização de colheitas diárias.

Com base nos valores obtidos nas determinações analíticas feitas, foi possível concluir que, na rede da cidade de Lisboa, com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa e comunitária. Conclusão semelhante foi obtida a partir das 52 982 determinações realizadas para monitorização da qualidade da água fornecida aos clientes “em alta”.

Nos quadros seguintes evidenciam-se os parâmetros da qualidade cujas determinações registaram valores superiores aos VMA, durante o ano 2003, na água distribuída na cidade de Lisboa e na Água fornecida “em alta”.

Água distribuída na Cidade de Lisboa
(Nº total de determinações - 72 798)

Parâmetros	N.º Det.	Det. > VMA
Coliformes Totais	4055	18
Coliformes Fecais	4055	18
Estreptococos Fecais	528	2
Clostridium perfringens	66	2
Cheiro	4039	3
Sabor	4039	3
Hidrocarbonetos dissolvidos	292	3
Alumínio	619	3
Ferro	158	1
Manganês	158	2
Temperatura	4051	3
Turvação	798	8

Água abastecida “em alta”
(Nº total de determinações - 52 982)

Parâmetros	N.º Det.	Det. > VMA
Coliformes Totais	1446	4
Coliformes Fecais	1446	3
Estreptococos Fecais	1444	2
Cheiro	1441	1
Sabor	1432	1
pH	661	1
Ferro	216	2
Manganês	216	2
Temperatura	1453	2
Turvação	1444	8

O Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, relativo à qualidade da água para consumo humano, que entrou em vigor a partir de 25 de Dezembro de 2003, estabeleceu teores mais reduzidos para o parâmetro chumbo. Até aquela data, o Valor Máximo Admissível (VMA) para este parâmetro era de 50 µg/L, tendo passado a ser de 25 µg/L.

A concentração de chumbo na água distribuída pela empresa é substancialmente inferior a estes limites. No entanto, o contacto da água com o chumbo ainda existente em ramais de ligação e redes prediais antigas, poderá dar origem à sua dissolução na água e, conseqüentemente, aumentar a concentração deste metal na água saída das torneiras. Tendo

em vista a minimização/resolução desta questão, a EPAL, tem vindo a desenvolver o Projecto “Estudo da Solvabilidade do Chumbo no Sistema de Abastecimento da EPAL”.

No âmbito deste Projecto, em Julho de 2003 foi instalada uma Estação Piloto de tratamento com ácido orto-fosfórico, para a Zona Superior de Campo de Ourique, com o objectivo de avaliar esta solução, já implementada em rotina nas redes de distribuição de várias cidades do Reino Unido e noutros países europeus, para a redução ou eliminação da solvabilidade do chumbo na água em contacto com este material.

Paralelamente implementou-se um Programa de Monitorização da qualidade da água, através da colheita de amostras em casas/instalações de referência situadas nas zonas de estudo, tendo em vista a avaliação da eficácia do tratamento com fosfatos (ácido fosfórico) na redução da solvabilidade do chumbo na água distribuída pela EPAL na rede de Lisboa.

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, a EPAL publicitou trimestralmente, por meio de publicação na imprensa e divulgação no seu site da internet, os resultados obtidos nas análises de demonstração de conformidade relativas à rede de distribuição de Lisboa. Foram, também, divulgados no site da internet, os resultados da verificação da conformidade da água fornecida aos Municípios abastecidos pela EPAL, através da divulgação de mapas estatísticos trimestrais, respeitantes às análises efectuadas nos respectivos pontos de entrega. Paralelamente, e tal como tem sido prática corrente nos últimos anos, estes mapas foram, ainda, enviados às entidades responsáveis pela gestão dos sistemas de distribuição da água nos diferentes Municípios abastecidos pela empresa (Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento).

9.2. Qualidade da Medição

No âmbito do Plano de Manutenção de Contadores, que visa salvaguardar a qualidade da medição, foram levantados da rede de distribuição 29 611 contadores de vários calibres, 59% dos quais corresponderam à componente preventiva do plano. Foram, ainda, retirados 30 contadores afectos a Clientes Municipais. Do total de contadores retirados da rede de distribuição foram reparados e verificados 22 241 e dados como irreparáveis 6 260 unidades. Em resultado daquelas acções, constata-se que a taxa de avarias dos contadores continua a baixar, situando-se em 1,6 % do total de unidades instaladas.

Procedeu-se à adequação dos meios de medição em 35 grandes clientes, cujos contadores foram redimensionados e foram instalados, na cidade de Lisboa, 61 equipamentos de telemedição para contadores de grande calibre, com transmissão de dados por GSM.

Foi dada continuação ao estudo para a revisão da Periodicidade Óptima de Substituição dos contadores de 15 mm e para a determinação dessa periodicidade nos contadores de diâmetro até 40 mm, tendo sido submetidos a ensaios, para a determinação de erros a diferentes caudais, cerca de 900 contadores.

9.3. Qualidade Ambiental

A revisão anual do Sistema de Gestão Ambiental, realizada em Janeiro de 2004, permitiu concluir que, no ano de 2003, o sistema se consolidou em todas as suas vertentes.

Relativamente à realização das metas estabelecidas, com referência à evolução de alguns dos indicadores

ambientais mais importantes, pode observar-se o seguinte quadro:

METAS PARA 2003

Indicadores	Meta	Realização
Perdas em ADS (m3)	31 200 000	30 546 286
Perdas em APT (m3)	18 120 000	14 328 772
Perdas Totais/Água Captada	17,30%	16,83%
% de Roturas reparadas em menos de 24 horas por ADS	77%	82,5% (NOV.)
% de Ramais reparados em menos de 24 horas por ADS	65%	86% (NOV.)
% de determinações analíticas efectuadas em APT acima dos VMA's	0%	0,06%
% de determinações analíticas efectuadas em APT acima dos VMR's	10%	13,24%
% de determinações analíticas efectuadas em ADS acima dos VMA's	0%	0,10%
% de determinações analíticas efectuadas em ADS acima dos VMR's	13,50%	22,23%
% de resíduos valorizados	38%	31,70%
Redução de encargos com aluguer de recipientes	15%	26,16%

A realização do Programa de Gestão Ambiental de 2003 foi muito satisfatória. Com efeito, das 47 acções nele previstas foram realizadas 38, encontravam-se em curso de realização 2, prevendo-se a sua conclusão no corrente ano, e transitaram para o PGA 2004 outras 5. No cumprimento do Plano Anual de Auditorias, realizaram-se 16 auditorias internas e a auditoria anual de acompanhamento. Das 56 constatações for-

malizadas nas auditorias internas de 2003, encontravam-se encerradas, a 31 de Dezembro, 49, estando previsto o encerramento das restantes 7 em 2004. Na vertente da Gestão Integrada de Resíduos pode observar-se a realização conseguida nos quadros seguintes, relativos à respectiva produção, valorização e custos.

Produção de resíduos	2002	2003	Δ
Resíduos não valorizados	235 851 kg	262 826 kg	+ 11,44 %
Resíduos valorizados	138 095 Kg	121 969 Kg	- 11,68 %
TOTAL	373 946 Kg	384 795 Kg	+ 2,90 %
Valorização de resíduos	2002	2003	Δ
Quantidade	138 095 kg	121 969 Kg	- 11,68 %
Receitas	20 315,37 EUR	21 086,67 EUR	+ 3,79 %
% face ao total produzido	36,9	31,7	- 5,2
Custos de Gestão	2002	2003	Δ
Alugueres	65 073,74 EUR	48 045,69 EUR	-26,16 %
Transporte	41 350,38 EUR	36 536,12 EUR	-11,64 %
Tratamento	36 674,00 EUR	61 220,70 EUR	+ 66,93 %
TOTAIS	143 098,12 EUR	145 802,51 EUR	+ 1,88 %

Comparando os resultados de 2002 com os de 2003, constata-se um crescimento de 2,9% na produção de resíduos, a que correspondeu um crescimento de 1,8% nos custos de gestão. O aspecto menos positivo respeita à percentagem de resíduos valorizados face aos produzidos, a qual teve um decréscimo, em 2003, de 5,2%.

No âmbito do Sistema de Gestão Ambiental, as actividades desenvolvidas nas várias áreas permitiram a obtenção de melhorias concretas em praticamente todos os domínios relevantes do Ambiente. Desde logo, em termos de poupança e de racionalidade da utilização do recurso natural água, passando pelo controlo do consumo de energia, pela cuidada gestão de resíduos e adequado destino final, pelo licenciamento, tratamento e monitorização de efluentes, promovendo a redução do ruído produzido e controlando a utilização e emissão de gases, reforçando os meios e planos de emergência ambiental, sem esquecer a formação e sensibilização ambiental dos colaboradores da empresa.

A existência e o funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental marca presença no dia-a-dia dos serviços e das pessoas que neles desenvolvem actividades, potencia posturas e atitudes de melhoria contínua, desenvolve consciências e saberes partilhados acerca de bons desempenhos ambientais, acerca de valores cada vez mais relevantes nos nossos dias, tais como o da preservação ambiental, o desempenho ambiental, a utilização racional dos recursos e a gestão de resíduos, entre outros.

9.4. Qualidade dos Serviços

O Sistema de Gestão da Qualidade do Departamento de Clientes Directos da Área de Negócios da Distribuição (ADS) foi certificado em 20 de Fevereiro de 2003.

Ao longo do ano foi efectuado o acompanhamento das acções definidas para cumprimento dos Planos do SGQ, e dos Objectivos e Metas estabelecidos. O primeiro balanço anual foi positivo, tendo sido

cumpridos 10 dos 13 objectivos propostos, destacando-se pelo seu relevo o incremento da realização de leituras, o decréscimo do tempo médio de espera de atendimento telefónico e a redução das reclamações de serviços domiciliários. Em complemento, foram implementados dois novos processos de controlo respeitantes às anomalias de facturação e à satisfação do Cliente reclamante face à resolução da reclamação.

No mês de Dezembro foram conhecidos os resultados do inquérito à satisfação dos Clientes, tendo o índice global de satisfação registado um acréscimo, reflectindo o empenho e o envolvimento dos colaboradores e o aumento da eficácia interna do Sistema.

9.5. Laboratórios Acreditados

No ano de 2003, e após realização de auditoria externa de acompanhamento/extensão, o Serviço de Acreditação do Instituto Português da Qualidade avaliou favoravelmente a candidatura do Laboratório Central da EPAL para a extensão do seu âmbito de acreditação. Passou, assim, a estar acreditado para 58 métodos de ensaio, para determinação de 149 parâmetros/espécies, o que corresponde a 95% dos parâmetros analisados no laboratório.

O Laboratório da Asseiceira teve a sua auditoria de acompanhamento em Maio, na sequência da qual foram reconhecidas, pelo Instituto Português de Qualidade, todas as condições para a manutenção da acreditação. O Controlo Laboratorial da Asseiceira encontra-se acreditado para Águas Naturais e de Consumo, num total de 29 Ensaio a que correspondem um total de 36 parâmetros, sendo 26 físico-químicos e 10 microbiológicos.

O Laboratório de contadores de água, acreditado desde 1994, foi objecto de Auditoria de Acompanhamento por parte do IPQ, mantendo a acreditação no âmbito da NP EN ISO/IEC 17025 como reparador e instalador de contadores de água potável fria.



10. IMAGEM, COMUNICAÇÃO E CULTURA

A Imagem, a Comunicação e a Cultura foram valores objecto de especial atenção ao longo de todo o ano. Em 2003, registaram-se 533 referências à EPAL nos vários Órgãos de Comunicação Social e foram satisfeitas 242 solicitações de informação por parte da imprensa. Foram ainda geridas, em termos de comunicação social, 6 situações de crise e publicados 42 anúncios de carácter informativo ou obrigatório (Resultados da Qualidade da Água, Tarifário e Concursos Públicos).

No âmbito da Semana da Água, a EPAL recebeu, a 19 de Março, a visita do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Dr. Isaltino de Moraes. No Centro de Comando nos Olivais foi feita uma apresentação do Programa de Monitorização da Qualidade da Água da empresa, que contou, ainda, com a presença dos Presidentes do INAG e do IRAR e de vários jornalistas.

Para assinalar o Dia Mundial da Água e o Dia Mundial do Ambiente, a EPAL lançou a 1.ª Maratona Fotográfica da Água, cujo tema central foi a “Água Doce”, com o objectivo de sensibilizar os participantes para a omnipresença da água na cidade de Lisboa.

“Poupe Água. Evite os desperdícios!” - Foi a mensagem que, no dia 1 de Outubro, Dia Nacional da Água, se passou ao público em geral. Através de um conjunto de acções de comunicação (anúncios de imprensa, criação e distribuição do Livro da Água nas escolas básicas do Concelho de Lisboa e campanha nas Lojas EPAL), a empresa pretendeu sensibilizar para a preservação da água, transmitindo uma série de conselhos práticos que, no dia-a-dia, contribuem para evitar os desperdícios deste recurso escasso, universal e indispensável à vida.

No âmbito da Comunicação interna destaca-se a reformulação gráfica do Jornal “Águas Livres”,

suporte de comunicação dirigido aos trabalhadores, que continuou a ser publicado mensalmente, sendo que este ano foi elaborada, pela primeira vez, uma edição especial em Dezembro dedicada ao Natal.

Das iniciativas culturais realizadas nos núcleos do Museu da Água, merecem especial destaque as trinta exposições de artes plásticas, sete das quais contaram com a colaboração das embaixadas da Suíça, Ucrânia, Brasil, Paquistão, Finlândia, Tunísia e República Checa. A exposição realizada com a Embaixada do Paquistão teve, ainda, o apoio da Fundação Oriente. De salientar, igualmente, a realização de duas grandes exposições retrospectivas, nomeadamente, de Luis Jardim (pintura, desenho e escultura) e de Eduardo Nery (tapeçaria), esta última, em parceria com o Museu Nacional do Azulejo. Realizaram-se duas conferências subordinadas ao tema: “Mensagens do Aqueduto das Águas Livres” pelo Coronel João Fernandes e “Haverá sinais de simbolismo esotérico no Aqueduto das Águas Livres?” pelo Comandante António Manuel Araújo de Brito. Foi organizado o Concurso “Águas Livres” este ano subordinado ao tema “Histórias com Água”, no qual participaram mais de 50 escolas de todo o país, com cerca de 200 trabalhos. A exposição dos trabalhos e a entrega dos prémios realizou-se no dia 1 de Outubro, no âmbito das comemorações do Dia Nacional da Água.

O Projecto “Águas Livres – Serviço de Apoio a Professores”, entrou no sexto ano de actividade. Este projecto visa contribuir para a sensibilização, nas escolas, quanto à defesa do ambiente e para a importância da Água, nomeadamente através da apresentação, a professores e alunos, do importante património histórico, monumental, documental, cultural e tecnológico da EPAL.

A EPAL, como associada e presidente da APOREM – Associação Portuguesa de Empresas com Museu, continuou a desenvolver contactos com organismos nacionais e internacionais, tendo sido envolvida no projecto Engage - Collect and Share, financiado pela

Comunidade Europeia ao abrigo do Programa Socrates Grundtvig⁴ – European Cooperation Projects in Adult Education. Este projecto tem como objectivo promover práticas formativas inovadoras nos museus e galerias da Europa, procura desenvolver o potencial educativo dos museus e galerias para dar oportunidades únicas a uma aprendizagem não formal e autónoma, desenvolvendo a interculturalidade e estimulando a educação permanente.

O Museu da Água, ainda como membro da APOREM, esteve representado, no âmbito do Projecto Internacional Born in Europe, na Exposição com o mesmo nome que inaugurou em Gotemburgo (Suécia) em Junho de 2003. Esta exposição de carácter itinerante, percorreu a Suécia e Dinamarca, e irá estar em Portugal em Março de 2004 no Museu da CARRIS.

De referir a participação do Museu da Água, como parceiro privilegiado, na organização das Jornadas

Europeias do Património, iniciativa que contou com a organização do IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico e do CNC - Centro Nacional da Cultura.

Os quatro núcleos que integram o Museu da Água foram visitados, em 2003, por 47 207 pessoas. Continuou a apostar-se na organização de passeios a pontos especialmente interessantes do Aqueduto das Águas Livres. Para além da realização de 13 passeios “A Rainha refresca-se”, organizaram-se passeios “Geo-Aqueduto”, com o objectivo de dar a conhecer perspectivas hidrogeológicas do monumento, passeios “Ao Pôr do Sol no Aqueduto”, com reconstituição histórica de piquenique do século XVIII, e percursos “Da Patriarcal ao Chafariz do Vinho”.







II. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2003, no

montante de 20 435 515,47 Euros (vinte milhões, quatrocentos e trinta cinco mil, quinhentos e quinze Euros e quarenta e sete cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- n 2 043 551,55 Euros (dois milhões, quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um Euros e cinquenta e cinco cêntimos) para Reserva Legal.
- n 16 348 412,38 Euros (dezasseis milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e doze Euros e trinta e oito cêntimos) para distribuição de dividendos aos Accionistas;
- n 1 131 300,00 Euros (um milhão, cento e trinta e um mil e trezentos Euros) para participação nos Resultados dos membros do Conselho de Administração e Trabalhadores;
- n 912 251,54 Euros (novecentos e doze mil, duzentos e cinquenta e um Euros e cinquenta e quatro cêntimos) para Outras Reservas.





12. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Num contexto que se perspectiva de retoma, ainda que moderada, da economia, vencidos os desafios de tempos difíceis, com evoluções positivas e objectivos atingidos, a EPAL pretende manter as linhas de orientação que vêm norteando o processo de modernização e renovação em curso desde 2001. Com efeito, elas consubstanciam valores fundamentais para uma organização que tem por missão a prestação de um serviço público essencial à vida, junto de uma parte substancial da população portuguesa e numa parcela significativa do território nacional.

Assim, a **orientação para o Cliente e para a qualidade do produto e dos serviços prestados**, de forma a satisfazer plenamente todos quantos contam com a empresa, continua a merecer o primado da estratégia da EPAL.

A concretização da primeira linha de orientação definida será tanto maior quanto maior for a **produtividade e a eficiência operacional da empresa**, o que constitui a segunda linha de orientação estratégica, a qual passará pela melhoria e sim-

plificação dos processos, pela aposta na polivalência funcional e na valorização profissional dos recursos humanos, bem como na renovação dos activos existentes e afectos à exploração.

O **assegurar um crescimento rentável**, concretizando as oportunidades de ampliação da oferta já detectadas e o **aumento da eficiência operacional**, serão factores indutores da definição da estratégia do esforço de investimento. Devem ser cuidadosamente trabalhadas as vertentes do planeamento a longo e médio prazos, em ordem a podermos aproveitar as sinergias existentes e os dados disponíveis, para tomarmos as melhores opções para o futuro. Dar a maior relevância ao investimento estratégico e à estratégia do investimento.

Finalmente, com base no conhecimento disponível na empresa e nas novas tecnologias instaladas, deverá continuar a apostar-se no desenvolvimento de “nichos de negócio” no mercado das “utilities”. O aproveitamento das sinergias, a valorização das competências, a partilha de “know-how” em iniciativas que acabam por trazer valor acrescido à empresa e ao país, será um objectivo que deverá congrega as vontades e capacidades de todos quantos constroem o dia-a-dia da EPAL.





13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a apresentação das actividades desenvolvidas na EPAL ao longo dos 12 meses de 2003, cumpre ao Conselho de Administração exprimir um sentimento de muito apreço e de agradecimento a todos quantos, directa e indirectamente, contribuíram para os bons resultados obtidos.

Ao pessoal dirigente, aos quadros e demais profissionais da empresa, pela dedicação, empenho e saber evidenciados no dia-a-dia e pelos desafios aceites e vencidos.

Aos membros dos demais órgãos sociais, pela forma como corresponderam às suas responsabilidades.

Ao accionista, pelo acompanhamento interessado e efectivo da vida da empresa.

Aos empreiteiros, fornecedores e demais prestadores de serviço, pelo modo como honraram a confiança neles depositada pela EPAL.

Às entidades bancárias e seguradoras, institutos públicos e demais organismos da Administração Pública, pelo excelente nível de atendimento e de tratamento dispensados.

À Tutela Governamental pela orientação e interesse políticos evidenciados.

Aos Clientes da empresa, pela sua confiança e interesse e pelos desafios que a sua satisfação nos colocou. Continuarão a ser sempre a razão fundamental do nosso trabalho.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2004



Armindo Carlos Cortez de Azevedo
Vogal



Luis de Carvalho Machado
Presidente



Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro
Vogal



Valdemiro Falcão Libano Monteiro
Vogal



João Frederico Ludovice Lança Tamm
Vogal





CONTAS

14. CONTAS

BALANÇO

Unid: Euros

CONTAS POC	ACTIVO	NOTAS	2003		2002	
			ACTIVO BRUTO	AMORT/PROV	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZADO:						
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
431	Despesas de instalação	10	419,795.29	419,795.29	0.00	1,223.93
433	Propriedade industrial e outros direitos	10	21,300.28		21,300.28	21,300.28
			441,095.57	419,795.29	21,300.28	22,524.21
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
421	Terrenos e recursos naturais	10	49,250,225.31		49,250,225.31	49,231,290.31
422	Edifícios e outras construções	10	95,140,973.40	62,051,581.05	33,089,392.35	33,821,692.65
423	Equipamento básico	10	801,941,297.71	343,446,537.30	458,494,760.41	430,268,521.45
424	Equipamento de transporte	10	2,335,559.35	2,282,805.07	52,754.28	87,007.01
425	Ferramentas e utensílios	10	9,466,750.76	6,966,517.06	2,500,233.70	2,898,705.61
426	Equipamento administrativo	10	16,097,588.08	14,299,162.51	1,798,425.57	1,900,341.35
427	Taras e vasilhame	10	7,194.40	5,684.73	1,509.67	1,947.03
429	Outras immobilizações corpóreas	10	9,480,735.41	5,766,009.08	3,714,726.33	3,901,786.12
441/6	Immobilizações em curso	10	16,062,837.94		16,062,837.94	29,929,366.03
448	Adiantamentos por conta de immobilizações corpóreas	10			0.00	
			999,783,162.36	434,818,296.80	564,964,865.56	552,040,657.56
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
4112	Partes de capital em empresas associadas	10, 16, 34	4,226,277.68	4,129,984.27	96,293.41	152,394.10
4114+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	32	133,020.70		133,020.70	127,592.33
			4,359,298.38	4,129,984.27	229,314.11	279,986.43
CIRCULANTE:						
EXISTÊNCIAS:						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41	1,250,351.52		1,250,351.52	1,427,029.82
			1,250,351.52		1,250,351.52	1,427,029.82
DÍVIDAS DE TERCEIROS - Médio e longo prazo:						
217	Clientes c/c	-	807,050.25		807,050.25	0.00
			807,050.25		807,050.25	0.00
DÍVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo:						
211	Clientes, c/c	-	19,752,894.27		19,752,894.27	18,710,525.23
218	Clientes de cobrança duvidosa	34	1,787,737.47	1,393,018.22	394,719.25	256,336.68
253	Empresas associadas	-	1,558,245.78		1,558,245.78	1,552,245.78
24	Estado e outros entes públicos	51	3,071,541.29		3,071,541.29	6,729,370.71
262+266/8+221	Outros devedores.	48, 34	2,286,905.64	575,611.29	1,711,294.35	2,044,805.95
			28,457,324.45	1,968,629.51	26,488,694.94	29,293,284.35
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:						
18	Outras aplicações de tesouraria	-	34,100,000.00		34,100,000.00	0.00
			34,100,000.00		34,100,000.00	0.00
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:						
12+13+14	Depósitos bancários	-	4,763,412.31		4,763,412.31	3,402,405.36
11	Caixa	-	35,648.85		35,648.85	30,194.05
			4,799,061.16		4,799,061.16	3,432,599.41
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:						
271	Acréscimos de proveitos	49	9,304,242.73		9,304,242.73	9,062,532.54
272	Custos diferidos	50	585,578.07		585,578.07	1,821,669.44
2752	Impostos diferidos activos	-	8,029,221.76		8,029,221.76	7,506,882.45
			17,919,042.56		17,919,042.56	18,391,084.43
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES				435,238,092.09		
TOTAL DE PROVISÕES				6,098,613.78		
TOTAL DO ACTIVO			1,091,916,386.25	441,336,705.87	650,579,680.38	604,887,166.21

Unid: Euros

CONTAS POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO:				
51	Capital	36, 40	150,000,000.00	150,000,000.00
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	-4,063.81	-4,063.81
56	Reservas de reavaliação	40	104,110,230.97	107,150,435.98
Reservas:				
571	Reservas legais	40	18,567,493.71	17,629,733.94
574	Outras reservas	40	21,259,125.91	21,158,608.50
59	Resultados transitados	40	20,180,137.45	17,139,932.44
Subtotal			314,112,924.23	313,074,647.05
88	Resultado líquido do exercício	40	20,435,515.47	9,377,597.68
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO			334,548,439.70	322,452,244.73
PASSIVO:				
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:				
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	34	6,953,941.31	2,955,473.45
			6,953,941.31	2,955,473.45
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:				
231	Empréstimos bancários	29	143,379,880.83	137,456,835.88
			143,379,880.83	137,456,835.88
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:				
231+12	Dívidas a instituições de crédito	29	29,076,956.03	3,378,903.39
221	Fornecedores, c/c	-	18,018,741.48	15,567,570.68
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	-	218,241.66	274,483.82
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	-	6,077,491.99	11,513,815.30
24	Estado e outros entes públicos	51	7,229,509.08	4,077,998.35
262/5+267/8+211	Outros credores	52	14,427,539.48	13,057,121.52
			75,048,479.72	47,869,893.06
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
273	Acréscimos de custos	53	23,525,558.11	20,912,744.31
274	Proveitos diferidos	54	55,393,975.43	58,408,114.80
2751	Impostos diferidos passivos	-	11,729,405.28	14,831,859.98
			90,648,938.82	94,152,719.09
TOTAL DO PASSIVO			316,031,240.68	282,434,921.48
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			650,579,680.38	604,887,166.21

O Conselho de Administração

Luis de Carvalho Machado, *Presidente*
 Armindo Carlos Cortês de Azevedo, *Vogal*
 Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, *Vogal*
 Valdemiro Falcão Libano Monteiro, *Vogal*
 João Frederico Ludovice Lança Tamm, *Vogal*

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid: Euros

CONTAS POC	CUSTOS E PERDAS	NOTAS	2003	2002
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:			
	Matérias	41	2,825,122.22	3,394,324.39
62	Fornecimentos e serviços externos		36,095,874.39	36,163,609.98
64	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações		18,034,529.09	18,757,669.53
	Encargos sociais:			
643+644	Pensões		2,046,965.43	1,538,231.10
645/8	Outros		12,235,221.16	13,255,449.59
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	27,221,039.52	26,262,013.27
67	Provisões	34	5,066,475.83	2,193,431.91
63	Impostos		639,074.22	607,275.63
65	Outros custos e perdas operacionais		585,864.88	872,023.15
		(A)	104,750,166.74	103,044,028.55
681+685/8	Juros e custos similares:			
	Outros	45	5,075,061.31	8,285,999.30
		(C)	109,825,228.05	111,330,027.85
69	Custos e perdas extraordinários	46	409,958.22	8,614,928.39
		(E)	110,235,186.27	119,944,956.24
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	55	9,093,238.18	4,105,971.33
		(G)	119,328,424.45	124,050,927.57
88	Resultado líquido do exercício	40	20,435,515.47	9,377,597.68
			139,763,939.92	133,428,525.25
	PROVEITOS E GANHOS			
71	Vendas:			
	Produtos	44	131,145,732.17	125,022,703.71
72	Prestações de serviços	44	2,917,350.77	2,816,624.44
75	Trabalhos para a própria empresa		207,781.45	256,419.68
73	Proveitos suplementares		1,863,694.61	1,664,776.34
74	Subsídios à exploração		5,416.08	24,884.89
		(B)	136,139,975.08	129,785,409.06
7812+7815	Rend. títulos neg. e outras aplic financeiras			
	Outros	45	1,861.50	835.20
7811+7818+785/6	Outros juros e proveitos similares:			
	Outros	45	291,058.36	254,192.73
		(D)	136,432,894.94	130,040,436.99
79	Proveitos e ganhos extraordinários	46	3,331,044.98	3,388,088.26
		(F)	139,763,939.92	133,428,525.25
RESUMO:			2003	2002
	Resultados operacionais:	(B) - (A) =	31,389,808.34	26,741,380.51
	Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A) =	-4,782,141.45	-8,030,971.37
	Resultados correntes:	(D) - (C) =	26,607,666.89	18,710,409.14
	Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	29,528,753.65	13,483,569.01
	Resultado líquido do exercício:	F) - (G) =	20,435,515.47	9,377,597.68

O Técnico Oficial de Contas
Júlio Maria FilipeO Director Administrativo e Financeiro
Helder Manuel Adanjo Ferreira de OliveiraO Conselho de Administração
Luis de Carvalho Machado, Presidente
Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal
Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal
João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unid: Euros

RUBRICA	2003	2002
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	161,119,561	152,534,393
Pagamentos a fornecedores	-34,730,323	-31,384,281
Pagamentos ao Pessoal	-30,853,620	-39,514,145
Fluxo gerado pelas operações	95,535,618	81,635,967
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento	-9,493,259	-5,492,063
Outros receb/pag relativos à actividade operacional	-24,418,140	-26,090,800
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-33,911,399	-31,582,863
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	88,963	190,752
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	-265,729	-210,829
	-176,766	-20,077
Fluxos das actividades operacionais	61,447,453	50,033,027
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	110,774	61,378
Imobilizações incorpóreas	0	0
Subsídios de investimento	0	0
Juros e proveitos similares	280,747	215,896
	391,521	277,274
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-11,428	-2,717,204
Imobilizações corpóreas	-45,396,146	-48,443,012
Imobilizações incorpóreas	0	0
	-45,407,574	-51,160,216
Fluxo das actividades de investimento	-45,016,053	-50,882,942
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	35,000,000	15,000,000
Cobertura de prejuízos	0	0
Outros	0	0
	35,000,000	15,000,000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-3,378,902	-3,137,549
Juros e custos similares	-5,086,035	-5,341,325
Dividendos	-7,500,000	-5,269,887
Outros	0	0
Fluxo das actividades de financiamento	-15,964,937	-13,748,761
	19,035,063	1,251,239
Variações de caixa e seus equivalentes	35,466,463	401,324
Caixa e seus equivalentes no início do período	3,432,599	3,031,275
Caixa e seus equivalentes no fim do período	38,899,062	3,432,599

O Técnico Oficial de Contas
Júlio Maria Filipe

O Director Administrativo e Financeiro
Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Conselho de Administração
Luis de Carvalho Machado, Presidente
Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal
Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal
João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unid: Euros

RUBRICAS	DEZEMBRO 2003		DEZEMBRO 2002		VARIACÃO 2003/2002		
	VALOR	%	VALOR	%	+/-	VALOR	%
Vendas e prestações de serviços	134,063,083	100	127,839,328	100	+	6,223,755	4.87
Custo das vendas e prestações de serviços	-35,262,705	-26.30	-35,422,658	-27.71	+	159,953	-0.45
Resultados brutos	98,800,378	73.70	92,416,670	72.29	+	6,383,708	6.91
Outros proveitos e ganhos operacionais	5,407,937	4.03	5,354,410	4.19	+	53,527	1.00
Custos de distribuição	-31,920,899	-23.81	-30,379,355	-23.76	-	-1,541,544	5.07
Custos administrativos	-34,251,526	-25.55	-33,909,664	-26.53	-	-341,862	1.01
Outros custos e perdas operacionais	-3,724,995	-2.78	-11,967,521	-9.36	+	8,242,526	-68.87
Resultados operacionais	34,310,895	25.59	21,514,540	16.83	+	12,796,355	59.48
Custo líquido de financiamento	-4,911,905	-3.66	-5,297,418	-4.14	+	385,513	-7.28
Ganhos (perdas) em filiais associadas	-56,101	-0.04	-145,082	-0.11	+	88,981	-61.33
Ganhos (perdas) em outros investimentos	185,865	0.14	-2,588,472	-2.02	+	2,774,337	-107.18
Resultados correntes	29,528,754	22.03	13,483,568	10.55	+	16,045,186	119.00
Impostos sobre os resultados correntes	-9,093,238	-6.78	-4,105,971	-3.21	-	-4,987,267	121.46
Resultados correntes após impostos	20,435,516	15.24	9,377,597	7.34	+	11,057,919	117.92
Resultados líquidos	20,435,516	15.24	9,377,597	7.34	+	11,057,919	117.92
Resultados por acção							

O Técnico Oficial de Contas
Júlio Maria Filipe

O Director Administrativo e Financeiro
Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Conselho de Administração
Luis de Carvalho Machado, Presidente
Armindo Carlos Cortês de Azevedo, Vogal
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal
Valdemiro Falcão Libano Monteiro, Vogal
João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal





15. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2003

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas não incluídas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a leitura das Demonstrações Financeiras.

ACTIVIDADE

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a denominação social EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

A EPAL efectua a distribuição domiciliária, em regime de exclusivo, no Município de Lisboa e procede ainda ao abastecimento de outros municípios que, por sua vez, fazem a respectiva distribuição domiciliária.

O regime de preços de venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenções a acordar entre esta e o Estado e a Direcção Geral de Concorrência e Preços. Os preços que estiveram em vigor até Maio de 2003 foram estipulados pela Convenção celebrada a 19 de Julho de 2002 e os que estiveram em vigor de Junho 2003 até Dezembro foram estipulados pela Convenção cele-

brada a 21 de Maio de 2003, no que concerne à área abrangida por esta convenção.

Refª	
POC	
3	VALORIMETRIA

As demonstrações financeiras da EPAL foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pelas diversas reavaliações efectuadas) e na base da continuidade das operações da Empresa em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os custos e os proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão contabilizadas ao custo ou valor de reavaliação.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se, de um modo geral, as taxas máximas fiscalmente permitidas, de forma a reintegrarem os imobilizados no período estimado da sua vida útil.

As taxas utilizadas são:

	Intervalos de Taxas de amortização
Edifícios e outras construções	2 % - 10 %
Equipamento básico	2 % - 25 %
Equipamento de transporte	6,2 % - 25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	10 % - 25 %
Taras e vasilhame	14,28 %
Outras imobilizações corpóreas	6,66 % - 12,5 %

Os adutores, contabilisticamente relevados em Equipamento Básico, têm a taxa de 2% de amortização, expressamente autorizada pela DGCI para efeitos fiscais.

Os terrenos não são amortizáveis.

Custos Plurienais

Os encargos com grandes reparações do imobilizado são relevados contabilisticamente na rubrica Custos Diferidos (Nota 50), sendo o seu custo repartido por três anos.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial, pelo que os lucros ou perdas destes investimentos são contabilizados nos períodos a que se referem.

Os restantes investimentos e participações financeiras estão valorizados ao preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos contabilizados quando recebidos.

As provisões correspondem às perdas estimadas na realização dos investimentos financeiros.

Existências

As matérias subsidiárias e de consumo destinam-se ao processo produtivo da EPAL e incluem nomeadamente cloro, sulfato de alumínio e outros produtos usados no tratamento da água.

As existências são valorizadas ao preço de aquisição (custo médio).

Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros estão reflectidas pelo seu valor nominal. A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é calculada com base na avaliação económica específica das perdas estimadas pela não recuperabilidade das dívidas.

Benefícios de reforma

A Empresa tem em vigor um sistema de complementos de pensões de reforma, bem como um plano de adesão à situação de pré reforma. As responsabilidades emergentes foram avaliadas por profissionais independentes qualificados e os fundos, provisões ou acréscimos de custos requeridos, ajustados em conformidade com a IAS 19.

Subsídios recebidos para Investimento

Os subsídios recebidos, destinados a financiar investimentos em activos imobilizados corpóreos, são registados na rubrica Proveitos Diferidos (Nota 54) e alocados a resultados do exercício pelo período médio em que os bens financiados são amortizados.

Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica, referentes aos acréscimos líquidos de imobilizado gerado pelas reavaliações, efectuadas de acordo com os critérios definidos para as mesmas, são movimentados para Resultados Transitados na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos. Na generalidade, os montantes movimentados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, registados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento de capital.

Vendas

Durante o ano, os proveitos por vendas de água são reconhecidos quando facturados com base nas leituras dos contadores. No final do ano o valor estimado dos consumos por ler e facturar é reconhecido em proveitos do exercício por contrapartida da rubrica Acréscimos de Proveitos (Nota 49).

A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a ser facturada com base num protocolo celebrado entre esta entidade e a EPAL, que prevê um montante mínimo de facturação mensal.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros relativos aos empréstimos contraídos para financiar imobilizações são registados como custos no exercício em que ocorrem.

Imposto sobre o rendimento

A Empresa tem por política contabilística reconhecer os impostos diferidos resultantes das dife-

renças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, de acordo com o disposto na Norma Internacional Contabilística nº12 e na Directriz Contabilística nº 28.

Ref ^a
POC
6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos ajustados em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço no cômputo do encargo global de impostos sobre o rendimento do exercício. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte

da administração fiscal durante um período de 5 anos, sendo que a partir de 1997, esse período passou a ser de 6 anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1999.

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos, as rubricas de activos e passivos por impostos diferidos e respectivas contrapartidas, têm a seguinte composição:

	Acréscimos e diferimentos		Capitais Próprios		
	Activos	Passivos	Resultado do exercício	Resultados transitados	Reservas de reavaliação
Activos por impostos diferidos:					
Provisões não aceites e acima dos limites fiscais	7,419,020		672,106	6,746,914	-
Reposição de proveitos tributados	610,202		(149,766)	759,968	
	(1) 8,029,222		522,340	7,506,882	-
Passivos por impostos diferidos:					
Reavaliação de activos imobilizados		11,666,890	3,104,681	6,270,912	(21,042,483)
Valor líquido das mais valias reinvestidas		62,515	(2,227)	(60,288)	
	(2)	11,729,405	3,102,454	6,210,624	(21,042,483)
Saldo no final do ano	(1) + (2)	8,029,222	11,729,405	3,624,794	(21,042,483)

O movimento ocorrido nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos durante o exercício de 2003, foi como segue:

	Saldo Inicial	Primeiro ano de aplicação	Reforço	Reversão	Alteração da taxa	Saldo Inicial	Impacto do movimento em capitais próprios		
							Resultado do exercício	Resultados transitados	Reservas de reavaliação
Activos por impostos diferidos:									
Provisões não aceites e acima dos limites fiscais	6,746,914			(811,698)	1,483,804	7,419,020	672,106	6,746,914	-
Reposição de proveitos tributados	759,968			(271,806)	122,040	610,202	(149,766)	759,968	
	(1) 7,506,882	-	-	(1,083,504)	1,605,844	8,029,222	522,340	7,506,882	-
Passivos por impostos diferidos:									
Reavaliação de activos imobilizados	14,771,571			(5,438,059)	2,333,378	11,666,890	3,104,681	6,270,912	(21,042,483)
Valor líquido das mais valias reinvestidas	60,288			(10,276)	12,503	62,515	(2,227)	(60,288)	-
	(2) 14,831,859	-	-	(5,448,335)	2,345,881	11,729,405	3,102,454	6,210,624	(21,042,483)
	(1) + (2) 22,338,741	-	-	4,364,831	(740,037)	(3,700,182)	3,624,794	13,717,506	(21,042,483)

A justificação dos movimentos em activos e passivos por impostos diferidos com impacto directo em reservas e resultados transitados durante o exercício de 2003, é como segue:

	Total	Resultados transitados	Reserva de reavaliação
Primeiro ano de aplicação dos impostos diferidos	(22,338,741)	(12,881,450)	(21,878,539)
Realização de reservas de reavaliação		(836,056)	836,056
	(22,338,741)	(13,717,506)	(21,042,483)

O imposto total do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 totaliza 9 093 238,18 Euros e tem a seguinte composição:

	Total	Resultado do exercício	Resultados transitados	Reserva de reavaliação
Imposto corrente	(12,718,032.19)	(12,718,032.19)		
Imposto diferido	3,624,794.01	3,624,794.01	(13,717,506)	(21,042,483)
Imposto do exercício	(9,093,238.18)	(9,093,238.18)	(13,717,506)	(21,042,483)

A reconciliação da taxa nominal de imposto com a taxa efectiva do exercício de 2003, é como segue:

	Total	Resultado do exercício	Resultados transitados	Reserva de reavaliação
1. Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	28,689,433	28,689,433	-	-
2. Taxa nominal de imposto	33.00%	33.00%	33.00%	33.00%
3. Imposto esperado para o exercício [(-) custo (+) proveito] $3 = 1 \times 2$	(9,467,513)	(9,467,513)	-	-
4. Efeito fiscal das diferenças permanentes	(236,985)	(236,985)	-	-
5. Tributações autónomas	(127,306)	(127,306)	-	-
6. Outros	(1,471)	(1,471)	-	-
7. Efeito da alteração de taxa de imposto nos movimentos do ano	-	-	-	-
8. Alteração da taxa do Imposto Diferido	(6,584,940)	740,037	13,717,506	(21,042,483)
9. Imposto do exercício [(-) custo (+) proveito]	(16,418,215)	(9,093,238)	13,717,506	(21,042,483)
10. Taxa efectiva de imposto $10 = 9 / 1$	-	31.70%	-	-

Ref^a

POC

7 NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES

O número médio de trabalhadores durante o exercício foi de 862.

Refª

POC

**10 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO
E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES**

ACTIVO BRUTO	SALDO INICIAL	ADICÕES	ALIENAÇÕES	ABATES	TRANSF. E REGULAR.	SALDO FINAL
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de instalação	469 685,06	-	-	-	-49 889,77	419 795,29
Propriedade industrial e out.direitos	21 300,28	-	-	-	-	21 300,28
	490 985,34	-	-	-	-49 889,77	441 095,57
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	49 231 290,31	-	-	-	18 935,00	49 250 225,31
Edifícios e outras construções	92 773 956,89	-	-	-10 591,20	2 377 607,71	95 140 973,40
Equipamento básico	752 277 107,43	119 521,74	-	-72 968,24	49 617 636,78	801 941 297,71
Equipamento de transporte	2 624 282,04	19 375,66	-282 699,76	-25 398,59	-	2 335 559,35
Ferramentas e utensílios	9 330 621,05	290 600,08	-	-154 470,37	-	9 466 750,76
Equipamento administrativo	15 059 754,94	20 975,92	-5 686,30	-23 192,55	1 045 736,07	16 097 588,08
Taras e vasilhame	7 194,40	-	-	-	-	7 194,40
Outras imobilizações corpóreas	9 034 443,10	5 340,58	-	- 77 451,17	518 402,90	9 480 735,41
Imobilizações em curso	29 929 366,03	39 711 790,37	-	-	-53 578 318,46	16 062 837,94
	960 268 016,19	40 167 604,35	-288 386,06	-364 072,12	-	999 783 162,36
Investimentos Financeiros						
Partes capital em empresas associadas	4 282 378,37	-	-	-	-56 100,69	4 226 277,68
Títulos e outras aplicações financeiras	127 592,33	5 428,37	-	-	-	133 020,70
	4 409 970,70	5 428,37	-	-	-56 100,69	4 359 298,38
AMORTIZAÇÕES/PROVISÕES	SALDO INICIAL	REFORÇO	ALIENAÇÕES	ABATES	REGULAR.	SALDO FINAL
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de instalação	468 461,13	971,92	-	-	-49 637,76	419 795,29
	468 461,13	971,92	-	-	-49 637,76	419 795,29
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	58 952 264,24	3 099 846,37	-	-529,56	-	62 051 581,05
Equipamento básico	322 008 585,98	21 510 409,92	-	-72 458,60	-	343 446 537,30
Equipamento de transporte	2 537 275,03	53 628,39	-282 699,76	-25 398,59	-	2 282 805,07
Ferramentas e utensílios	6 431 915,44	686 325,86	-	-151 724,24	-	6 966 517,06
Equipamento administrativo	13 159 413,59	1 165 681,93	-2 843,16	-23 089,85	-	14 299 162,51
Taras e vasilhame	5 247,37	437,36	-	-	-	5 684,73
Outras imobilizações corpóreas	5 132 656,98	703 737,77	-	-70 385,67	-	5 766 009,08
	408 227 358,63	27 220 067,60	-285 542,92	-343 586,51	-	434 818 296,80
Investimentos Financeiros						
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	4 129 984,27	-	-	-	-	4 129 984,27
	4 129 984,27	-	-	-	-	4 129 984,27
Valor líquido						
Imobilizações Incorpóreas	22 524,21					21 300,28
Imobilizações Corpóreas	552 040 657,56					564 964 865,56
Investimentos Financeiros	279 986,43					229 314,11
	552 343 168,20					565 215 479,95

A regularização no montante de 56 100,96 Euros refere-se ao registo pelo método da equivalência patrimonial na participação do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A..

Ref ^a
POC
12 REAVALIAÇÕES

As reavaliações efectuadas até à data pela EPAL basearam-se nos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º	430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82
Decreto-Lei n.º	219/82
Decreto-Lei n.º	399-G/84
Decreto-Lei n.º	118-B/86
Decreto-Lei n.º	111/88
Decreto-Lei n.º	49/91
Decreto-Lei n.º	264/92
Decreto-Lei n.º	31/98

Ref ^a
POC
13 QUADRO DISCRIMINATÓRIO DAS REAVALIAÇÕES

	CUSTOS HISTÓRICOS a)	REAVALIAÇÕES a) b)	VALORES CONTABILÍSTICOS REAVALIADOS a)
Imobilizações Corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	12 575 982,09	33 104 907,94	45 680 890,03
Edifícios e outras construções	11 578 956,03	7 509 416,44	19 088 372,47
Equipamento básico	128 064 888,10	98 550 732,71	226 615 620,81
Outras imobilizações corpóreas	73 835,37	2 491,10	76 326,47
	152 293 661,59	139 167 548,19	291 461 209,78

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações

Refª

POC

14 IMOBILIZAÇÕES EM PODER DE TERCEIROS E OUTRAS

Imobilizações em poder de terceiros:

Na conta 423 «Equipamento básico» estão incluídos 9 630 294,15 Euros referentes a contadores de água colocados na rede de distribuição.

Todo o immobilizado da EPAL está afecto à sua única actividade: abastecimento de água (produção e distribuição).

Refª

POC

16 PARTICIPAÇÕES

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., é participada pela:

	CAPITAL	%
AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, Soc. Gestora De Participações Sociais, SA.		
	150 000 000,00	100
Avenida da Liberdade, 110 – 5º piso LISBOA		

Por outro lado detém participação nas seguintes empresas:

	VALOR DE BALANÇO	% DE PARTIPAÇÃO	VALOR DO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	VALORES PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
CLUBE GOLF DAS AMOREIRAS, S.A.					
Av. da Liberdade, 24 1250-144 LISBOA	86 317,45	100,0	86 317,45	(56 100,96)	86 317,45
AMBELIS					
Av. Fontes Pereira de Melo, 51 A 5º Andar E, 1050 Lisboa	9 975,96	1,0			
SHORE					
Madeira	31 500,01	7,5			
PROLAGOS					
Rua Teixeira e Souza, Nº501-Cobertura, Cabo Frio Rio de Janeiro	4 098 484,26	7,5			
	4 226 277,68				

Refª
POC
23 COBRANÇAS DUVIDOSAS

Clientes de cobrança duvidosa:				
	SALDO	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Áreas	1 042 202,22	542 641,67	-65 913,95	1 518 929,94
Grandes Clientes	245 847,26	23 406,30	-446,03	268 807,53
	1 288 049,48	566 047,97	-66 359,98	1 787 737,47

Refª
POC
25 SALDOS DAS CONTAS COM O PESSOAL

	SALDOS	
	Devedores	Credores
Remunerações a pagar/reaver	2,76	0,83
Adiantamentos ao pessoal	29 488,99	-
Outras operações com o pessoal	26 063,70	4 552,33
	55 555,45	4 553,16

Refª
POC
29 DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

	TAXA JURO	DÍVIDA	VENCIMENTO		
			1 ANO	2 a 5 ANOS (a)	MAIS DE 5 ANOS (b)
Empréstimos do B. E. I:					
7317	2,11%	2 771 099	1 108 440	1 662 659	-
7317	2,11%	1 385 550	554 220	831 330	-
9279	3,94%	3 602 429	720 486	2 881 943	-
9815	2,11%	7 182 678	513 049	2 052 198	4 617 431
9815	4,58%	6 757 906	482 708	1 930 831	4 344 367
9815	4,63%	15 000 000	-	3 260 870	11 739 130
9815	2,11%	18 419 459	-	4 004 230	14 415 229
20303	2,11%	12 500 000	-	-	12 500 000
20566	5,05%	20 000 000	-	-	20 000 000
20566	2,11%	12 500 000	-	-	12 500 000
20566	5,39%	12 500 000	390 625	3 125 000	8 984 375
20566	2,11%	9 837 716	307 429	2 459 429	7 070 858
20010112	2,11%	10 000 000	-	-	10 000 000
20010112	2,11%	5 000 000	-	-	5 000 000
20010112	2,11%	10 000 000	-	-	10 000 000
		147 456 837	4 076 957	22 208 490	121 171 390

(a) + (b) = 143 379 880

Estes empréstimos e respectivos juros estão cobertos por garantias bancárias no valor de 15.596.015,33 Euros.

Durante o ano de 2003, o endividamento de médio e longo prazo da EPAL junto do B.E.I., sofreu um

acréscimo de 10 000 000 de Euros, resultante da contratação de um empréstimo, que teve lugar em Agosto, tendo sido contratado em regime de taxa variável.

Refª
POC
31 COMPROMISSOS FINANCEIROS QUE NÃO FIGURAM NO BALANÇO

A EPAL tem em vigor um plano de benefícios de reforma atribuído aos seus trabalhadores que tem implícito o compromisso de pagamento de um complemento à pensão atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, dispõe também de um plano de adesão à situação de pré-reforma.

Para fazer face às responsabilidades emergentes, constituiu o Fundo de Pensões EPAL em Novembro de 1990, o qual é gerido autonomamente pela BPI Pensões.

A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e no respectivos activos de cobertura:

	2003	2002
Variação das Responsabilidades		
Responsabilidades do início do período	87.644.249,90	58.252.027,40
Custo do Serviço	1.986.000,00	1.798.000,00
Custo do juro	4.416.000,00	3.997.000,00
(Ganhos) / Perdas actuariais	-3.096.599,75	28.959.929,57
Benefícios pagos	-5.314.650,15	-5.362.707,07
Responsabilidades no fim do período	85.635.000,00	87.644.249,90
Variação nos activos do fundo		
Justo valor dos activos no início do período	30.882.362,00	32.198.018,40
Retorno efectivo dos activos	2.717.892,00	-1.369.440,78
Contribuição da EPAL	2.047.006,06	1.538.231,10
Benefícios pagos	-1.647.006,06	-1.484.446,72
Justo valor dos activos no fim do período	34.000.254,00	30.882.362,00
Excesso (insuficiência) da cobertura do Fundo	-51.634.746,00	-56.761.887,90
(Ganhos) / Perdas actuariais não reconhecidas	33.383.746,00	41.455.000,00
Acréscimos de Custos	-18.251.000,00	-15.306.887,90

Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades:

	2003	2002
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa anual de desconto	5,20%	5,20%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,25%	1,25%
Taxa anual de rendimento do Fundo	5,20%	5,20%

A 31 de Dezembro de 2003 o valor de perdas actuariais não reconhecidas situava-se em 33,4 milhões de Euros, dos quais 0,3 milhões relativos a serviços passados de transição amortizáveis em 5 anos, 15,0 milhões de Euros relativos ao Prior Service Cost, amortizável no tempo de serviço médio futuro, e 18,1 milhões de Euros de perdas actuariais conforme IAS19 – 8,6 milhões de Euros

compreendidos no limite previsto e 9,5 milhões de Euros amortizáveis no tempo de serviço médio futuro esperado da população.

No ano de 2003, é de realçar a redução de 8 milhões de Euros nas perdas actuariais não reconhecidas, facto a que não é alheio o reforço da contribuição da EPAL, bem como a melhor performance registada pelo Fundo de Pensões.

INVESTIMENTOS EM 2003	EMPREITADAS CONTRATADAS		
	Totais	Facturado em 2003	Saldo para 2004 e seguintes
Construção civil	40 921 764,89	32 452 139,46	8 469 625,43
Equipamento	4 322 917,87	3 190 737,72	1 132 180,15
Instalações eléctricas	1 591 311,97	950 854,00	640 457,97
Fiscalização	692 822,59	454 945,29	237 877,30
Terrenos	103 675,25	103 675,25	-
Estudos e projectos	913 283,79	640 243,16	273 040,63
Promoção e divulgação	2 447,44	2 447,44	-
Investimentos diversos	1 391 485,97	1 081 463,99	310 021,98
Contadores	618 067,31	618 067,31	-
Bens móveis	455 813,98	455 813,98	-
Total	51 013 591,06	39 950 387,60	11 063 203,46

Existem contratos de aluguer de viaturas em regime de ALD no montante de 429 647,28 Euros e em regime de aluguer operacional no montante de 1 756 069,68 Euros.

Ref^a

POC

32 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003 eram as seguintes:

Garantias bancárias a favor de:

Tribunais	6 065 338,88
Banco Europeu de Investimento	15 596 015,33
Câmaras Municipais	3 045 974,53
Serviços Municipalizados	7 735,63
	24 715 064,39

Existem ainda as seguintes garantias prestadas, registados em «Títulos e outras aplicações financeiras»:

FIP'S	19 813,12
90 OT'S	23 792,45
Valores à ordem dos tribunais	89 415,13
	133 020,70

As obrigações FIP estão afectas à prestação de garantias para indemnizações por acidentes de trabalho.

Refª
POC
34 PROVISÕES

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para cobranças duvidosas	1 031 712,80	418 566,71	57 261,29	1 393 018,22
Para outras dívidas de terceiros	-	575 611,29	-	575 611,29
Para processos judiciais em curso	2 416 126,26	1 299 052,05	64 726,11	3 650 452,20
Para outros	160 237,63	2 773 245,78	-	2 933 483,41
Para acidentes de trabalho e doenças profissionais	379 109,56	-	9 103,86	370 005,70
Subtotal	2 955 473,45	4 072 297,83	73 829,97	6 953 941,31
Subtotal	3 987 186,25	5 066 475,83	131 091,26	8 922 570,82
Para investimentos financeiros	4 129 984,27	-	-	4 129 984,27
Total	8 117 170,52	5 066 475,83	131 091,26	13 052 555,09

Refª
POC
36/37 CAPITAL

O capital é de 150 000 000,00 de Euros e encontra-se integralmente realizado.

O capital é representado por 30 000 000 ações com o valor nominal de 5,00 Euros cada.

	VALOR	%
AdP-Águas de Portugal, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	150 000 000,00	100,0

Refª
POC
39 VARIAÇÃO DAS RESERVAS DE REAVLIAÇÃO NO EXERCÍCIO

CONTAS	SALDO INICIAL
56070001 - Decreto-Lei nº 264/92	44 928 557,69
56080001 - Decreto Lei nº 31/98	62 221 878,29
SUBTOTAL	107 150 435,98
REALIZAÇÕES	3 040 205,01
SALDO	104 110 230,97

Ref ^a
POC
40 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

Capital Social	150 000 000,00	-	-	150 000 000,00
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	-4 063,81	-	-	-4 063,81
Reservas de reavaliação	107 150 435,98	-	-3 040 205,01 (b)	104 110 230,97
Reservas legais	17 629 733,94	937 759,77 (a)	-	18 567 493,71
Reservas livres	21 158 608,50	100 517,41 (a)	-	21 259 125,91
Resultados transitados	17 139 932,44	3 040 205,01 (b)	-	20 180 137,45
Resultado do exercício	9 377 597,68	20 435 515,47 (a)	-9 377 597,68 (a)	20 435 515,47
	322 452 244,73	24 513 997,66	-12 417 802,69	334 548 439,70

(a)- Respeita à afectação do resultado do exercício de 2002, conforme acta da Assembleia Geral de 31 de Março de 2003 :

Reservas legais	937 759,77
Reservas livres	100 517,41
Distribuição de dividendos	7 500 000,00
Distribuição de lucros ao pessoal	839 320,50
	9 377 597,68

(b) - Respeita à transferência das reservas de reavaliação realizadas para Resultados Transitados.

Ref ^a
POC
41 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Existências iniciais	1 427 029,82
Compras	2 665 521,91
Regularização de existências	-17 077,99
Existências finais	-1 250 351,52
	2 825 122,22

Ref ^a	
POC	
43	REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS
Conselho de Administração	430 056,99
Fiscal Único	17 911,88
	447 968,87

Ref ^a	
POC	
44	DISCRIMINAÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
Vendas	131 145 732,17
Prestações de Serviços	2 917 350,77
	134 063 082,94

A totalidade das Vendas e das Prestações de Serviços ocorreu no mercado nacional e respeita à única actividade da empresa: abastecimento de água (produção e distribuição).

Ref ^a	
POC	
45	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	2003	2002	Proveitos e ganhos	2003	2002
Juros suportados	4 916 044,07	5 305 306,42	Juros Obtidos	280 746,70	215 895,96
Perdas em empresas do grupo e associadas (nota 10)	56 100,69	145 081,86	Diferenças de câmbio favoráveis	451,64	85,24
Provisões para aplicações financeiras	-	2 727 383,21	Descontos de pronto pagamento obtidos	11 721,52	39 046,73
Diferenças de câmbio desfavoráveis	224,08	4 912,00			
Outros	102 692,47	103 315,81			
Subtotal	5 075 061,31	8 285 999,30			
Resultados financeiros	-4 782 141,45	-8 030 971,37			
TOTAL	292 919,86	255 027,93	TOTAL	292 919,86	255 027,93

Refª
POC
46 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	2003	2002	Proveitos e ganhos	2003	2002
Donativos	15 466,85	14 948,68	Ganhos em existências	257,16	1 352,60
Perdas em existências	17 989,65	3 444,25	Ganhos em imobilizações	84 029,00	77 069,90
Perdas em imobilizações	23 202,70	13 830,75	Benefícios de penalidades	637,11	-
Multas e penalidades	800,00	467,18	Reduções de amortizações e provisões (nota 34)	121 987,40	84 200,69
Correcções. Relativas a exercícios anteriores	131 315,78	1 302 788,71	Correcções. Relativas a exercícios anteriores	34 976,56	88 670,07
Outros	221 183,24	7 279 448,82	Outros	3 089 157,75	3 136 795,00
Subtotal	409 958,22	8 614 928,39	Subtotal	3 331 044,98	3 388 088,26
Resultados extraordinários	2 921 086,76	-	Resultados extrordinários	-	5 226 840,13
TOTAL	3 331 044,98	8 614 928,39	TOTAL	3 331 044,98	8 614 928,39

A rubrica “Outros Proveitos” decompõe-se como segue:

	2003	2002
Subsídios para investimento (nota 54)	3 036 065,64	3 036 065,40
Outros	53 092,11	100 729,36
	3 089 157,75	3 136 795,00

Refª
POC
48 OUTRAS INFORMAÇÕES

OUTROS DEVEDORES

	2003	2002
Outros	2 231 350,19	1 898 635,74
Pessoal	55 555,45	146 170,21
SUBTOTAL	2 286 905,64	2 044 805,95
Provisão para dívidas de terceiros	-575 611,29	
TOTAL	1 711 294,35	2 044 805,95

Ref^a

POC

49 OUTRAS INFORMAÇÕES

ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

	2003	2002
Consumos de água	7 546 026,08	7 370 241,19
Quota de serviço	1 616 289,71	1 589 592,80
Outros	141 926,94	102 698,55
	9 304 242,73	9 062 532,54

Ref^a

POC

50 OUTRAS INFORMAÇÕES

CUSTOS DIFERIDOS

	2003	2002
Custos Plurienais	-	1 246 790,71
Subsídios a Câmaras do Médio Tejo	-	7 601,68
Outros	585 578,07	574 878,73
	585 578,07	1 821 669,44

Refª
POC
51 OUTRAS INFORMAÇÕES

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2003	2002
Saldos devedores		
IVA	3 070 443,87	6 728 265,11
Outros	1 097,42	1 105,60
	3 071 541,29	6 729 370,71
Saldos credores		
IRC	6 487 164,69	3 212 703,52
IRS - Retenções efectuadas a terceiros	257 155,02	378 359,13
Contribuições para a Segurança Social	473 614,37	473 244,85
Imposto de selo	11 575,00	13 370,00
Outros	-	320,85
	7 229 509,08	4 077 998,35

Refª
POC
52 OUTRAS INFORMAÇÕES

OUTROS CREDITORES

	2003	2002
Câmara Municipal de Lisboa:		
Tarifa de saneamento (Portaria 399/85)	10 270 450,56	9 934 018,49
Tarifa adicional (Portaria 309/84)	993 290,94	808 295,41
Outros	3 163 797,98	2 314 807,62
	14 427 539,48	13 057 121,52

Ref ^a
POC
53 OUTRAS INFORMAÇÕES

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

	2003	2002
Seguros a liquidar	34 531,97	313 511,31
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos. sociais.	3 212 969,98	3 489 566,25
Juros vencidos e não liquidados	881 726,49	909 382,50
Benefícios de reforma a liquidar	18 251 000,00	15 306 887,90
Outros	1 145 329,67	893 396,35
	23 525 558,11	20 912 744,31

Ref ^a
POC
54 OUTRAS INFORMAÇÕES

PROVEITOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido no ano resume-se como segue:

	SALDO INICIAL	VARIAÇÕES	SALDO FINAL
Subsídios recebidos	87 924 141,23	23 504,96	87 947 646,19
Proveitos reconhecidos	-29 517 605,12	-3 036 065,64	-32 553 670,76
Outros	1 578,69	-1 578,69	-
	58 408 114,80		55 393 975,43

Ref ^a
POC
55 OUTRAS INFORMAÇÕES

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Numerário	35 648,85
Depósitos bancários	4 763 412,31
Outras aplicações de tesouraria	34 100 000,00
TOTAL	38 899 061,16



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

De acordo com a lei e os estatutos, o fiscal único da EPAL apresenta o relatório de actividade e o seu Parecer sobre a Relatório e Contas do exercício de 2003.

A. RELATÓRIO

Na esfera das suas atribuições fiscalizou a actividade da Empresa, tendo por base o exame das demonstrações financeiras e elementos de suporte, bem como a informação de gestão preparada pelos Serviços. No decurso do exercício elaborou relatórios trimestrais sobre a análise e controlo da gestão, os quais foram remetidos ao Accionista e Orgão de Administração.

Em termos de síntese, anotam-se as tarefas essenciais do Roc/fiscal único no exercício de 2003:

1. Apreciação da gestão através de análises regulares das peças contabilísticas e dos indicadores de exploração, relativos a áreas de funcionamento específicas da empresa, com destaque para a execução dos orçamentos; produção, consumos e perdas de água; contas de terceiros e operações de financiamento.
2. Confirmação da titularidade, pela empresa, dos bens e valores afectos à actividade. Neste âmbito pôde confirmar-se que o activo fixo está reflectido no balanço ao preço de custo ou de reavaliação e que as amortizações, num total de 27,221 milhões de EUR, foram apuradas de acordo com a vida útil estimada dos bens e em conformidade com as taxas máximas fiscalmente permitidas.
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os documentos e registos que lhes servem de suporte.
4. Controlo da execução do orçamento de exploração e da realização financeira do plano de investimentos, tendo-se verificado que os resultados atingidos, em especial no que respeita ao orçamento de exploração, são muito satisfatórios, tanto em relação às estimativas orçamentais como em termos de variação homóloga, face ao ano anterior.
5. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas e dos critérios de valorização dos activos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais estão divulgados no A.B.D.R. de forma a evidenciar, correctamente, a situação financeira da empresa e o resultado do exercício.
6. Analisadas as perdas de água em 2003, num total de 38,700 milhões de m³, concluiu-se que tal volume de perdas representa 14,85% da água produzida, que atingiu 260,52 milhões de m³. O índice das perdas regista um acentuado decréscimo nos últimos anos, podendo seguramente considerar-se o de 2003 como um dos mais baixos de sempre.

Salienta-se que o controlo e melhoria das perdas de água se insere nos planos de acção da empresa, visando uma redução tendencial e progressiva das mesmas e correspondentes prejuízos, que se têm reflectido em subfacturações e consumos clandestinos. Nesta medida, a empresa tem vindo a melhorar a rede de distribuição com investimentos significativos, bem como a efectuar o controlo da água desperdiçada por meios tecnologicamente mais evoluídos.
7. Analisada a Carteira do Fundo de Pensões, no final de 2003, têm-se como referências positivas da sua gestão:

ⁿ Que o justo valor dos activos do Fundo, num total de 34,0 milhões de EUR, regista um acréscimo de 10% em 2003, face ao final do ano anterior.

ⁿ Que as responsabilidades da empresa para com o Fundo de Pensões decresceram cerca de 2,3% (2 milhões EUR) neste exercício, tendo também as insuficiências de cobertura do mesmo ficado reduzidas em cerca de cinco milhões EUR, face ao valor atingido no termo de 2002.

ⁿ Que as perdas actuariais não reconhecidas baixam 8,07 milhões EUR, face a 2002, para o que contribuiu o reforço das dotações da EPAL, bem como a melhoria de rentabilidade do Fundo gerido pelo BPI Pensões.

ⁿ Entendemos anotar que com a evolução registada em 2003 na gestão do Fundo de Pensões EPAL, podem ter sido dados, a nosso ver, passos seguros no sentido de conduzir a empresa à superação de um problema financeiro relevante e de grande acuidade, face à perspectiva criada de o Fundo poder vir a exigir, a médio/longo prazo, recursos financeiros desproporcionados para poderem ser cobertos com os meios limitados de autofinanciamento, que são gerados pela exploração da empresa.

8. Podemos assegurar que a empresa prosseguiu em 2003 com os objectivos programados, de m/l prazo, os quais visam a melhoria da qualidade do serviço prestado, bem como uma melhor adequação da oferta do produto que vende às exigências da procura. O novo modelo organizacional tem vindo a consolidar-se, a par da renovação e modernização dos sistemas de informação, cujos efeitos, no sentido positivo, já são claramente vividos na Empresa.

9. A estrutura financeira da empresa mantém as condições de equilíbrio já evidenciadas em anos anteriores, sendo, contudo, de realçar a evolução

positiva dos indicadores de curto prazo, traduzida na melhoria da liquidez geral e no reforço da capacidade de solver os compromissos imediatos, assumidos.

O activo da empresa aumentou 7,6% (45,7 milhões EUR), tendo o passivo crescido 11,9% (33,6 milhões EUR). O activo fixo também regista um acréscimo de quase 13 milhões de EUR (2,3%), continuando, no entanto, a ser financiado, na totalidade, por capitais permanentes.

O fundo de maneiio, não obstante continuar a manter valores negativos, no último biénio regista uma evolução muito favorável, traduzida por uma variação positiva de 44,6% em 2003, face ao ano anterior.

Com evolução desfavorável no triénio, mas de reduzido significado, surge somente o indicador da solvabilidade, o qual, mesmo assim, continua a evidenciar valores que revelam uma forte capacidade da empresa para fazer face aos compromissos financeiros de médio/longo prazo.

10. A situação económica da EPAL ficou em 2003 fortemente reforçada por força dos bons resultados obtidos, quer em termos operacionais, quer em relação ao RL do exercício, no total de 20,4 milhões EUR.

Neste contexto, genericamente todos os indicadores económicos melhoraram de forma relevante, face ao ano anterior, com especial menção para as rendibilidades do activo e das vendas e serviços prestados, ROE e cashflow, cujas variações positivas dos três primeiros indicadores mais que duplicaram em relação a 2002. O cashflow também regista um crescimento de 22,1% (9,94 milhões EUR), a par de uma variação positiva, no último triénio, de 49% (18,0 milhões EUR).

Com contributo positivo para a boa performance atingida pela rentabilidade económica da empre-

sa em 2003, citamos o acréscimo registado nos proveitos, no total de 6,34 milhões EUR (4,7%), bem como a forte contenção dos custos, que globalmente até sofreram uma quebra de 8,1% (9,7 milhões EUR), face ao ano anterior. Neste campo merece-nos uma referência especial a redução verificada nos custos c/ pessoal (-3,7%) e a contenção dos gastos com fornecimentos e serviços externos, com um valor quase idêntico no biénio 2002/2003.

II. Somos de opinião que a proposta de aplicação dos resultados, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração, está em consonância com os Estatutos da Empresa e o estabelecido no C.S.C. quanto a esta matéria.

B. PARECER

Face ao que antecede, é parecer do Fiscal Único que se encontram em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- O Relatório e Contas do exercício de 2003, e
- A Proposta de Aplicação dos Resultados,

Nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 3 de Março de 2004.

O Fiscal Único,



ANTÓNIO DIAS NABAIS

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ANO DE 2003

*Exmo. Conselho de Administração da
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.*

I . Nos termos do disposto no art.º 451.º do C.S.C. e art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, procedemos à revisão legal das Contas da Empresa, respeitantes ao exercício de 2003.

O nosso trabalho foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com o aprofundamento julgado adequado nas circunstâncias.

Em face do exame realizado emitimos a certificação legal das contas com data de 3 de Março de 2004.

2. No exercício das nossas funções adoptámos, como base, os seguintes procedimentos:

- a) Contactos com os responsáveis pelos serviços das áreas de intervenção do Roc, com vista a obter os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das nossas tarefas.
- b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa, as quais se encontram divulgadas no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.
- c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os elementos e registos que lhes servem de suporte.

d) Análise do sistema de controlo interno, tendo em vista o planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria. Estes incidiram especialmente nas áreas de compras e vendas, contas de terceiros e dos custos com pessoal, tendo sido realizados testes de conformidade apropriados.

e) Efectivação de testes substantivos julgados adequados face à materialidade dos valores envolvidos, dos quais destacamos:

- n A verificação das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa.
- n A confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) de saldos das contas do balanço, responsabilidades e garantias prestadas, bem como, a análise e teste às reconciliações subsequentes feitas pela empresa. Nas situações em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos considerados adequados.
- n Pedido aos advogados da Empresa de informação sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes, bem como de eventuais reclamações ou impugnações fiscais.
- n Observação e controle das operações de inventariação física das existências, com inclusão de testes às contagens realizadas e sua valorização.
- n A verificação dos elementos de suporte dos custos e proveitos operacionais mais relevantes, bem como dos financeiros e extraordinários, com especial atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

n A análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes e para outros riscos.

n O exame da situação fiscal e parafiscal da Empresa e da adequada contabilização dos impostos sobre lucros.

n A apreciação da política dos seguros do pessoal e das imobilizações, incluindo a actualização dos capitais seguros durante este exercício.

3. Em face do trabalho desenvolvido, e para além dos aspectos referidos na Certificação Legal das Contas, entendemos ainda anotar que:

a) Apreciamos a conformidade do Relatório de Gestão com as Contas do exercício, documentos que se mostram de acordo com os requisitos legais, em especial o que está prescrito nos arts.º 65º e 66º do C.S.C..

b) Os compromissos financeiros que não figuram no balanço estão adequadamente descritos no A.B.D.R., em especial no que concerne às garantias bancárias e responsabilidades da empresa para com o Fundo de Pensões. Confirmámos que as garantias bancárias

respeitam, basicamente, aos financiamentos do BEI e as concedidas aos Tribunais estão relacionadas com acções litigiosas em curso, em boa parte decorrentes de expropriações.

c) Nos relatórios trimestrais analisámos a actividade da empresa, em especial nos domínios da execução dos orçamentos de exploração e de investimento; dívidas de clientes; produção, consumos e perdas de água; gastos c/ pessoal e com os fornecimentos e serviços externos.

A evolução da situação económica e financeira foi também apreciada nos ditos relatórios, com as limitações próprias nas circunstâncias.

d) Tendo sido solicitada à Administração a “Declaração do Órgão de Gestão”, a mesma foi-nos prontamente fornecida.

Lisboa, 3 de Março de 2004.

O Revisor Oficial de Contas,



ANTÓNIO DIAS NABAIS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um Activo Líquido de 650.579.680 euros e um total de Capital Próprio de 334.548.440 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 20.435.515 euros), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o respectivo Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de uma forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das referidas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as

demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- n a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- n a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- n a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e
- n a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado constitui base suficiente para expressar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. evidenciam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2003, bem como, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 3 de Março de 2004.

O Revisor Oficial de Contas,



ANTÓNIO DIAS NABAIS



PricewaterhouseCoopers
Avenida da Liberdade, 245 - 8º A
1269 - 034 Lisboa
Portugal
Tel +351 21319 70 00
Fax +351 21316 11 14

Aos
Accionistas da
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Relatório de Auditoria

1 Efectuámos a auditoria ao Balanço da **EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.**, à data de 31 de Dezembro de 2003, bem como à Demonstração dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data e ao respectivo Anexo e à Demonstração dos fluxos de caixa. Estas Demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2 A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações financeiras contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das Demonstrações financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das Demonstrações financeiras. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira da **EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.**, a 31 de Dezembro de 2003, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 8 de Março de 2004

PricewaterhouseCoopers - Auditores e Consultores, Lda.
Sede: Avenida da Liberdade 245 8º A, 1269 - 034 Lisboa
Contribuinte nº. 504193279 Capital social Euros 750.000
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº. 7297





EPAL RELATÓRIOCONTAS2003

edição
maquetização, paginação e ilustração

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..
GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação da EPAL